

---

# DIREITOS HUMANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2022

---

Relatório anual da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

---

# SUMÁRIO

---

Composição.....	6
Apresentação .....	8
CDHM em números.....	9
Observatório Parlamentar.....	10
Atuação por temas.....	18
Defesa da democracia.....	18
TSE firma acordo com entidades de defesa dos direitos humanos para combate à desinformação.....	18
Representantes de instituições de direitos humanos manifestaram apoio ao TSE e ao processo eleitoral brasileiro.....	20
Especialista da ONU denuncia erosão da democracia, e fala da urgência de espaços seguros para a sociedade civil.....	20
Seminário reuniu sugestões para conter ataques à democracia.....	22
Fake news e violações de direitos humanos nas redes.....	25
10 anos da Lei de Acesso à Informação .....	27
Violência política.....	28
Representantes de instituições de direitos humanos repudiam crimes motivados por violência política.....	28
Riscos à segurança de servidores e mesários na eleição .....	28
Memória, Verdade e Justiça.....	31
Ex-conselheiro denunciou crimes e irregularidades da atual Comissão de Anistia.....	31
Preservação de acervo de memórias relacionadas à ditadura .....	34
Presidente da CDHM questiona extinção da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos .....	34
Violência policial.....	36
Presidência da CDHM demanda aplicação dos protocolos internacionais na apuração das mortes na Vila Cruzeiro (RJ) .....	36
Comissão convoca ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre morte de Genivaldo Santos em Sergipe.....	37
Ministro da Justiça nega relaxamento da fiscalização na Amazônia .....	38
Comissão ouve autoridades sobre desdobramentos da chacina de Acari.....	40

Vítimas de Desaparecimentos Forçados: saiba como está o projeto sobre o tema na Câmara .....	43
Audiência pública debate o uso da força e de armas por policiais em atividade .....	44
Combate ao racismo .....	47
Comunidades de matriz africana pedem aprovação de marco legal.....	47
Parlamentares defendem continuidade de ações afirmativas nas universidades públicas	47
Migrantes e refugiados .....	51
Comissão aprova Convenção sobre trabalhadores migrantes.....	51
Entidades criticam regulamentação da Lei de Migração .....	55
Representantes da sociedade civil celebram os 25 anos do Estatuto dos Refugiados.....	56
Direitos dos migrantes são discutidos em reunião com Ministro da Justiça .....	58
Audiência pública debate situação de afegãos refugiados em aeroporto de Guarulhos ...	60
Direitos Humanos e Empresas .....	64
ACNUDH manifesta-se sobre proposta de marco legal de direitos humanos em empresas .....	64
Crianças e adolescentes .....	66
Especialistas cobram políticas públicas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.....	66
Entidades cobraram apoio do poder público para divulgar cartilha sobre Lei Menino Bernardo.....	71
População em situação de rua .....	74
Especialistas apontam acesso à moradia como “porta de entrada” dos demais direitos da população de rua.....	74
Audiência Pública da CDHM debate pesquisas científicas sobre pessoas em situação de rua .....	76
Conflitos fundiários .....	81
Ministro Barroso recebe representante do Escritório da ONU de Direitos Humanos para América do Sul.....	81
Ministro Barroso prorroga até 31 de outubro decisão que suspende despejos e desocupações .....	82
INCRA arrecada área para assentamento de agricultores no Pará .....	83
Área do Engenho Roncadorzinho será destinada à reforma agrária .....	85
Defensores de direitos humanos .....	87

Presidente da CDHM questiona MMFDH sobre orçamento para proteção de defensores de direitos humanos.....	87
Presidente da CDHM demanda investigação de morte de militante do MST no Tocantins	87
Povos indígenas.....	90
Presidência da CDHM solicita providência sobre morte de criança Yanomami .....	90
ONU manifesta preocupação com projeto de mineração em terras indígenas .....	91
ACNUDH manifesta-se contra retirada do Brasil da Convenção 169 da OIT .....	93
CIDH e ONU Direitos Humanos pedem proteção para os povos indígenas do Brasil contra a violência .....	94
Comissão aprova projeto que simplifica inclusão de etnia indígena em certidões e carteira de identidade .....	97
Comissões visitam comunidade ianomâmi em Roraima .....	97
Comissões reúnem sugestões e cobranças às autoridades em busca do fim das ameaças aos ianomâmis .....	98
Comissões debatem dez anos da política de gestão de terras indígenas.....	102
Povos indígenas demandaram retomada de política de gestão de território .....	103
Presidente da CDHM aciona órgãos para apurar desaparecimento de indigenista e jornalista.....	105
Deputados questionam Ministro em audiência pública .....	106
Servidores da Funai reivindicaram investigação de assassinatos e segurança para o exercício da profissão.....	106
Indefinição sobre marco temporal abre brecha para perseguir lideranças indígenas, afirmam debatedores.....	110
Ataques contra indígenas no Mato Grosso do Sul .....	112
Ataques armados a indígenas Pataxós, no extremo sul da Bahia .....	112
Ataques a indígenas em diferentes regiões do país.....	114
CDHM aprova emendas para saúde indígena .....	117
Saúde e alimentação .....	119
Para Fiocruz, falta transparência na divulgação de informações sobre agrotóxicos .....	119
Pesquisadores criticam “apagão de dados” sobre saúde mental no País.....	121
Reforma psiquiátrica .....	123
Trabalho .....	125
Força-tarefa aponta irregularidades no trabalho em polo gesseiro de Pernambuco.....	125
Trabalhadores com lesão pedem maior tempo de estabilidade .....	128

Meio ambiente .....	131
Deputados e ambientalistas criticam instalação de termelétricas no RJ sem estudos ambientais.....	131
Internacional .....	133
Presidente da CDHM recebe embaixador do Brasil que atua na Palestina .....	133
Violações de direitos humanos no Sahara Ocidental.....	134

---

# COMPOSIÇÃO

---

## TITULARES



Abílio Santana  
(PSC-BA)



Carlos Veras  
(PT-PE)



Célio Moura  
(PT-TO)



Chris Tonietto  
(PL-RJ)



David Soares  
(UNIÃO-SP)



Delegado Éder Mauro  
(PL-PA)



Dra. Soraya Manato  
(PTB-ES)



Erika Kokay  
(PT-DF)



Felipe Francischini  
(UNIÃO-PR)



Helder Salomão  
(PT-ES)



Igor Timo  
(PODE-MG)



Joenia Wapichana  
(REDE-RR)



José Medeiros  
(PL-MT)



Orlando Silva  
(PCdoB-SP)  
**Presidente**



Roberto de Lucena  
(REPUBLICANOS-SP)



Sóstenes Cavalcante  
(PL-RJ)



Talíria Petrone  
(PSOL-RJ)



Vivi Reis  
(PSOL-PA)

## SUPLENTES



Alexandre Frota  
(PROS-SP)



Camilo Capiberibe  
(PSB-AP)



Frei Anastacio Ribeiro  
(PT-PB)



Iracema Portella  
(PP-PI)



João Marcelo Souza  
(MDB-MA)



Jorge Braz  
(REPUBLICANOS-RJ)



Márcio Jerry  
(PCdoB-MA)



Marcon  
(PT-RS)



Padre João  
(PT-MG)



Paulo Ramos  
(PDT-RJ)



Policial Katia Sastre  
(PL-SP)



Pr. Marco Feliciano  
(PL-SP)



Subtenente Gonzaga  
(PSD-MG)



Tereza Nelma  
(PSD-AL)

---

# APRESENTAÇÃO

---

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, é o que teve a maior escravidão moderna, é fundado na concentração fundiária e no latifúndio, sem contar em outras violências estruturais como as de gênero, contra pessoas com deficiência, contra pessoas LGBTQUIA+.

Isso tudo implica em violações sistemáticas de direitos humanos que nunca desapareceram. Mas no governo de Jair Messias Bolsonaro o quadro foi agravado.

2022 encerra esse período tenebroso da história nacional, em que o ataque aos direitos humanos constituiu um dos cernes da agenda do governo derrotado nas últimas eleições gerais.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias seguiu, nesse ano, cumprindo seu papel regimental e histórico de defesa de minorias e de direitos; portanto, nesse contexto, serviu como trincheira.

Lutamos para dar visibilidade e ressonância a demandas como aquelas relacionadas ao combate à violência policial, ao racismo e aos despejos forçados.

Firmamos parceria com o TSE para enfrentar a desinformação e a violência política.

Contribuímos para elaboração de diagnósticos e propostas – sobretudo por meio do Observatório Parlamentar em parceria com as Nações Unidas – que, ao final do ano, foram entregues ao Governo de Transição para colaborar na formulação das políticas do futuro governo.

A CDHM contribuiu e contribuirá para a tarefa de reconstrução do Brasil, que tem no resgate dos direitos humanos uma das pedras fundamentais.

Deputado **ORLANDO SILVA**  
Presidente





---

# CDHM EM NÚMEROS

---

- 1 diligência
- 27 audiências públicas
- 3 seminários
- 160 novas denúncias de violações de direitos humanos encaminhadas

---

# OBSERVATÓRIO PARLAMENTAR

---

A Revisão Periódica Universal (RPU) é um mecanismo de avaliação da situação dos direitos humanos nos 193 Estados membros da ONU. A cada cerca de quatro anos os países são submetidos a exame por seus pares, que oferecem recomendações.

O Observatório Parlamentar da RPU foi criado em 2019, fruto da parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, hospedado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Em 2021, a parceria foi estendida para as 25 agências, fundos e programas do Sistema Nações Unidas do Brasil.

*Foto Lula Marques*



É um projeto pioneiro no mundo, ao inserir o Parlamento como protagonista do processo de avaliação e monitoramento das recomendações realizadas ao Estado brasileiro.

E, por ser um projeto pioneiro, o Observatório precisou desenvolver metodologia própria, o que foi feito no ano de 2020, partir da realização de consultas às partes interessadas e da coleta de experiências de outros países e orientações da ONU sobre o assunto.

As recomendações recebidas pelo Brasil em seu 3º Ciclo foram divididas em unidades temáticas: água e saneamento básico, comunidades quilombolas, condições dos cárceres, combate à tortura e sistema de justiça, crianças e adolescentes, defensoras e defensores de direitos humanos, educação, empresas e direitos humanos, instituições nacionais de direitos

humanos, manifestação e organização, meio ambiente e rompimento de barragens, migrantes, moradia, mulheres na política, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, população em situação de rua, população negra e combate ao racismo, populações rurais, povos indígenas, rompimento de barragens, saúde, segurança pública, trabalho escravo e tráfico de pessoas, trabalho, redução da pobreza e da desigualdade, tratados internacionais e violência contra as mulheres.

Para cada unidade temática foi realizado um relatório técnico preliminar, com base em pesquisas acadêmicas; informações das autoridades públicas, incluindo relatórios do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União, do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas; evolução orçamentária das políticas relativas ao tema em análise; documentos produzidos por órgãos e especialistas da ONU ou de outros organismos internacionais; informações sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio e requerimentos de informação. Cada relatório preliminar foi debatido em uma audiência pública.

Ao longo dos anos de 2021 e 2022, foram realizadas 26 audiências públicas para debater relatórios preliminares e uma audiência sobre a relação entre o acesso aos direitos humanos frente à necessidade de redução das desigualdades. As audiências totalizaram mais de 300 participações: 127 do Estado (Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário), 40 de organismos internacionais e 160 da sociedade civil e academia.



*Audiências públicas do Observatório*

Depois dos debates, foram elaborados 26 relatórios finais. Os relatórios avaliaram as recomendações recebidas pelo Estado brasileiro. Das recomendações, 13 tiveram avaliação híbrida (em parte positiva, em parte negativa quanto ao seu cumprimento), 4 foram avaliadas como cumpridas, 51 em progresso, 1 em estagnação, 136 não cumpridas e 35 em retrocesso.



#### Relatórios temáticos

Foram produzidos também 26 infográficos, em inglês e em português, sintetizando as principais informações dos relatórios, que são muito extensos e detalhados. Alguns exemplares deles estão disponíveis aqui hoje. Mas todos encontram-se disponibilizados de forma online, no site do Observatório.



#### Amostra dos infográficos

Entrega simbólica dos relatórios foi realizada em Sessão Solene da Câmara dos Deputados no dia 16 de março de 2022, pelo então Presidente da CDHM Deputado Carlos Veras (PT/PE). O objetivo foi o de colaborar oferecendo insumos para o Poder Executivo na elaboração do relatório oficial do Estado brasileiro acerca das recomendações realizadas ao Brasil no último ciclo da RPU.



Foto Lula Marques



Essa sessão solene ocorreu durante Exposição, também na Câmara dos Deputados, sobre o Observatório Parlamentar, associada à campanha de mídia, que visou a disseminar conhecimento sobre os instrumentos de direitos humanos e a importância da proteção dos direitos humanos.



Exposição – Crédito: Lula Marques

O Observatório também já foi objeto de apresentação em foros internacionais, tanto pela equipe da CDHM, quanto por autoridades das Nações Unidas em diferentes foros.

Além de agentes do Estado, dos movimentos sociais, de representantes de atingidos, de equipes da ONU, as atividades do Observatório, estiveram envolvidas equipes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, do Escritório da Coordenadora Residente do Sistema ONU no Brasil e Câmara dos Deputados.

Na Resolução 35/29, adotada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2017, os Poderes Legislativos são destacados como parte integrante dos processos que envolvem a RPU. Por isso, acreditamos que o ineditismo do Observatório pode servir como uma prática de referência para que outros parlamentos adotem as medidas necessárias para fortalecer e consolidar sua participação nos mecanismos de avaliação da RPU.

O Observatório visa a contribuir com a efetividade prática das recomendações, principalmente por ter contribuído para identificar tantas violações de direitos humanos, que merecem atenção de todos os poderes do Estado brasileiro.

Por isso seu lema é: Direitos Humanos, todo ser humano tem direito.



A Metodologia e os resultados da pioneira iniciativa brasileira de monitoramento das recomendações da Revisão Periódica Universal foram compartilhados em Genebra no dia 14 de novembro, em evento paralelo chamado “Brazilian UPR Parliamentary Observatory”.



A mesa foi coordenada pelo Deputado Helder Salomão (PT/ES), ex-Presidente da CDHM, com a participação do embaixador Tovar da Silva Nunes, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, de Soledad Pazo, Oficial Sênior de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, de Eloy Terena, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, de Mãe Nilce de Iansã, Coordenadora Nacional da Renafro e Coordenadora de Projetos do Ilê Omolu Oxum e Fernanda Lapa, representante da organização da sociedade civil Coletivo RPU.







O evento paralelo aconteceu momentos antes da avaliação do Brasil pelo 4º ciclo da RPU na 41ª Sessão do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). O país recebeu mais de 300 recomendações durante o exame, sobre diversos temas de direitos humanos, incluindo revogação do marco temporal, igualdade de gênero, promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, combate à violência contra mulheres e crianças, e proteção de pessoas defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente.

Na ocasião, a iniciativa do Observatório Parlamentar foi ressaltada, pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como uma contribuição do Estado brasileiro em seus compromissos internacionais, e saudada pelas delegações do Paraguai, do Timor Leste, do Butão e de Angola.

Em dezembro, os relatórios produzidos pelo Observatório Parlamentar foram entregues ao Governo de Transição, para subsidiar as políticas públicas a serem desenvolvidas pelo novo governo.





*Créditos: Eduarda Brogni*

Todo o resultado do trabalho está disponível em [www.camara.leg.br/observatoriorpu](http://www.camara.leg.br/observatoriorpu)

---

# ATUAÇÃO POR TEMAS

---

---

## Defesa da democracia

---

TSE firma acordo com entidades de defesa dos direitos humanos para combate à desinformação



*Crédito: Marina Lacerda*

Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e da Defensoria Nacional dos Direitos Humanos (DNDH), entre outras autoridades, estiveram no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 27 de abril para assinar com a Corte um acordo para ações de combate à proliferação de desinformação no processo eleitoral de 2022.

O objetivo do termo de cooperação foi estabelecer ações de cooperação entre as instituições, definidas conjuntamente, para o enfrentamento de informações falsas e para o fortalecimento da confiança nas instituições eleitorais, em especial no contexto das Eleições Gerais de 2022.

“Nós todos precisamos estar atentos para que a democracia seja uma condição de possibilidade de todos os outros afazeres que dizem respeito à realização de todos os outros direitos básicos da população”, disse o presidente da Corte Eleitoral, ministro Edson Fachin, ao explicar que a defesa da democracia e o combate à desinformação não deve ser uma preocupação apenas da Justiça Eleitoral, mas de toda a sociedade.

Edson Fachin apontou que o combate à desinformação, antes da penalização dos disseminadores, ocorre com a produção e a oferta de informações genuínas pelas instituições competentes. E que o momento correto para isso é antes da campanha eleitoral, para que notícias falsas não tomem novamente o protagonismo do debate político às vésperas da votação.

Segundo o presidente do TSE, 2022, sob o ponto de vista do fluxo de atuação da Justiça Eleitoral, abarca quatro “anos” de trabalho distintos: o período da pré-campanha, que vai até o dia 15 de agosto; o período da campanha eleitoral, que inicia em 16 de agosto e se estende até 30 de outubro; os dias de votação, 2 e 30 de outubro, que têm por si mesmos a importância de um ano de atividades; e o período contado a partir de 31 de outubro, dia seguinte ao segundo turno de votação, até a data-limite para a diplomação dos eleitos, 19 de dezembro.

Para Fachin, a garantia da tranquilidade e da ordem ao longo do processo eleitoral deste ano passa pela atuação maciça no combate à disseminação de conteúdos noticiosos falsos ou maliciosos que visem cooptar a opinião pública de forma fraudulenta. “Podemos ter alguma turbulência neste sentido? Quanto mais nos prepararmos antes, melhor será”, afirmou.

Com a assinatura do termo de cooperação, as instituições se comprometeram a realizar atividades de conscientização a respeito da ilegalidade e da nocividade da disseminação de desinformação e a promover a discussão de temas como paz e tolerância, respeito aos direitos humanos, democracia e importância da Justiça Eleitoral, entre outros.

Também fazem parte do acordo o empenho na difusão de conteúdo informativo autêntico produzido pelo TSE e a participação em capacitações e treinamentos promovidos pelo Programa de Enfrentamento à Desinformação da Corte Eleitoral, bem como a defesa pública da confiabilidade do processo eleitoral e do sistema eletrônico de votação.

O termo de cooperação tem a validade de cinco anos e é totalmente gratuito, ou seja, não implica compromissos financeiros ou transferências de recursos entre o TSE e os demais participantes.

## Representantes de instituições de direitos humanos manifestaram apoio ao TSE e ao processo eleitoral brasileiro

Representantes de quatro instituições federais voltadas para a proteção dos direitos humanos assinaram no dia 19 de julho carta em que defendem o sistema de urnas eletrônicas, a presença de observadores no processo eleitoral e a atuação histórica e atual do TSE.

Assinaram o documento o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), a Defensoria Nacional de Direitos Humanos (DNDH/DPU) e a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

Para os representantes, “tentativas de deslegitimar o resultado da vontade popular, ou, mais grave, ameaças de não realização das eleições, têm base infundada, antidemocrática e não podem prosperar”.

## Especialista da ONU denuncia erosão da democracia, e fala da urgência de espaços seguros para a sociedade civil.

*Mariana Sacramento*



*Clément Voule em reunião com parlamentares e sociedade civil, em 30 de março*

Especialista da ONU expressou, no dia 8 de abril, preocupação com as restrições aos direitos dos brasileiros à plena e ativa participação social e política, e ao que considerou níveis

deploráveis de violência dirigida contra pessoas defensoras dos direitos humanos, mulheres jornalistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, em particular de afrodescendentes.

Ao fim de uma visita oficial de 12 dias ao Brasil, o Relator Especial sobre os direitos à reunião pacífica e liberdade de associação, Clément Nyaletsossi Voule, instou o Estado a criar e manter um ambiente seguro e propício ao exercício do direito à reunião pacífica e associação.

“Eu dou as boas vindas à abertura e cooperação das autoridades federais e estaduais com os mecanismos de direitos humanos.” “Eu saúdo a criação do Observatório Parlamentar da RPU na Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados, em parceria com o escritório das Nações Unidas no Brasil,” Voule disse.

A Constituição Brasileira garante esses dois direitos para todos que vivem no território sem discriminação baseada em cor, religião, orientação sexual, status social ou origem de nascimento. “Estou preocupado que nos últimos anos tenham surgido tendências que limitam o gozo desses direitos em todas as áreas”, disse o especialista.

“Deploro políticas que restringem a participação social e política, estreitando espaços de consulta sobre políticas públicas e tomada de decisão”, disse ele aos repórteres, condenando o fechamento de 650 conselhos participativos.

Voule disse também estar preocupado com o frequente uso excessivo da força por agentes policiais e com violações de direitos humanos durante manifestações. “Estou preocupado com a falta de um protocolo claro e unificado para o uso da força durante protestos e de um mecanismo eficaz e independente para a supervisão da conduta de agentes policiais”, disse ele.

O especialista da ONU manifestou que a violência política contra lideranças sociais, candidatos e candidatas, e lideranças políticas eleitas, em particular mulheres afrodescendentes e trans, também representa uma séria ameaça à participação política e à democracia.

Com as eleições gerais marcadas para outubro de 2022, ele disse que o Estado deve garantir que todos os processos eleitorais sejam livres de discriminação, desinformação, fake news e discursos de ódio. “Exorto o Estado a proteger candidatos e candidatas de quaisquer ameaças ou ataques online e offline”.

Durante sua visita, Voule viajou para Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

“Estou impressionado com a sociedade civil robusta, ativa e diversificada no Brasil, que vem desempenhando um papel crítico na luta pela justiça social, pela preservação da democracia e do Estado de direito e, mais recentemente, no combate à COVID-19”, disse ele. “Por outro lado, estou chocado com os níveis de violência contra defensores e defensoras dos direitos humanos, comunidades tradicionais, incluindo quilombolas e povos indígenas, bem como lideranças comunitárias *nas favelas*, motivados por fatores como o racismo estrutural.” A violência e a discriminação contra praticantes de religiões de matriz africana são também motivo de preocupação.

“Conheci coletivos de mães que querem justiça e responsabilização pela perda de seus filhos. Elas não pedem nada além daquilo que é previsto na legislação brasileira, mas vivem sob ameaça e medo constante de violência,” disse ele.

“Pessoas defensoras dos direitos humanos enfrentam um ambiente violento marcado por estigmatização, ameaças, assédio, ataques físicos e assassinatos,” disse Voule. Pessoas que atuam em defesa da terra, indígenas e ativistas ambientais enfrentam riscos graves e as comunidades e pessoas defensoras são frequente e sistematicamente visadas.

O Governo deve tomar medidas para garantir que as comunidades tradicionais vivam livres do medo da perseguição e gozem do direito de se reunirem e de se organizarem livremente para construir processos de tomada de decisão autônomos.

Voule disse estar profundamente inquieto que os mandantes da execução de Marielle Franco em 2018, defensora de direitos humanos e vereadora afro-brasileira, ainda não tenham sido identificados. O especialista da ONU disse que o Estado deve investigar esta execução de forma eficaz, rápida, completa e imparcial, e tomar medidas contra os responsáveis como previsto no direito nacional e internacional.

O especialista da ONU disse que havia cerca de 20 projetos de lei sendo analisados pelo Congresso Nacional, em específico os PLs 1595/19, 272/16 e 732/2022 que, se adotados, efetivamente criminalizariam as atividades dos movimentos sociais sob o pretexto da segurança nacional e da luta contra o terrorismo. Apelou ao governo para que altere os projetos de lei de forma que estejam alinhados as normas internacionais.

O Relator Especial apresentará um relatório abrangente ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, incluindo suas conclusões e recomendações, em junho de 2023.

Texto: ONU Direitos Humanos.

## Seminário reuniu sugestões para conter ataques à democracia

Cerca de 20 representantes da Justiça Eleitoral, ONU, Mercosul, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Nacional dos Direitos Humanos, associações de imprensa e outras entidades da sociedade civil denunciaram, na Câmara, casos atuais e frequentes de violência política e desinformação que ameaçam a democracia brasileira. Diante dos riscos de agravamento da situação em ano eleitoral, também sugeriram soluções imediatas para a questão. Eles participaram de seminário no dia 29 de junho organizado pelas Comissões de Direitos Humanos e de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Entre vários outros pontos, a lista de sugestões inclui integração dos canais de denúncia, observatório unificado de registro de violência e de acompanhamento dos processos, além do reforço dos programas de proteção a jornalistas e defensores de temas socioambientais e de

direitos humanos. O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) foi um dos organizadores do seminário.

“A nossa equipe vai coletar o conjunto de sugestões apresentadas pelos painelistas para compor um relatório final de indicações para o enfrentamento da violência política”, disse.

### **Violência institucionalizada**

A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga, denunciou que a violência contra a categoria “explodiu a partir de 2019”, com crescimento de 105% no número de casos em 2020 e 431 registros em 2021. Para ilustrar o que chamou de “deterioração da democracia brasileira”, ela lembrou que, só no ano passado, 147 ataques a jornalistas e a veículos de comunicação partiram do presidente Jair Bolsonaro, equivalentes a 34% dos registros de violência da Fenaj. O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Otcávio Costa, vê violência institucionalizada.

“Quem mais fomenta a violência contra os jornalistas é o atual presidente da República e, com isso, é lógico que ele acaba incitando a militância dele a agir da mesma forma”.

Sindicatos da categoria comemoram a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, em segunda instância, manteve a condenação de Bolsonaro por ofensas à jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo. Por outro lado, denunciaram táticas para manter a sociedade desinformada, silenciar a imprensa e blindar a extrema direita.

O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal também apontou censura à EBC, empresa pública de comunicação, sobretudo em temas ambientais e ligados a casos emblemáticos, como dos assassinatos da vereadora carioca Marielle Franco, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. A Fenaj defende a aprovação do projeto de lei (PL 191/15) que federaliza as investigações de crimes contra a atividade jornalística. Outras entidades citaram a necessidade de protocolo nacional de segurança e de observatório unificado entre as medidas protetivas. O representante regional para América do Sul do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (Acnudh), Jan Jarab, concordou.

“A proteção de jornalistas, defensores e defensoras dos direitos humanos, parlamentares eleitos e eleitas e candidatos é parte integral desse esforço, assim como o direito à informação confiável”, apontou.





*Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias*

### **Discurso de ódio na internet**

Além de fake news, o Coletivo Intervezes denunciou a violência via internet por meio de hackeamento, invasão de perfis e propagação de discurso de ódio contra negros, indígenas e ambientalistas, entre outros grupos. Entre as sugestões, está a aprovação da proposta ([PL 2630/20](#)) que cria mecanismos de transparência, prestação de contas e responsabilidade das plataformas digitais.

O presidente da associação LGBTQIA+ (ABGLT), Gustavo Coutinho, defendeu a inelegibilidade dos que praticam discurso de ódio. Ele afirmou que, apesar de casos recentes de violência e desrespeito na Assembleia Legislativa de São Paulo e em Câmaras Municipais do estado do Rio de Janeiro, já existem 210 pré-candidaturas LGBTQs na eleição deste ano. Representante do Instituto Marielle Franco, Brisa Lima alertou que, mesmo diante do recente aumento da representação feminina no Parlamento, e em outros espaços de poder, a violência política ainda persegue as mulheres.

“Esse avanço é tímido. É importante a gente observar também os desafios com os quais essas mulheres se deparam quando entram nesses espaços institucionais de tomada de decisão. A gente está vivenciando todo um processo de intensificação de violação de direitos humanos”.



## **Aposta no diálogo**

Contra a violência política e a desinformação, a secretária-geral da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Christine Peter, aposta no diálogo e no reforço das instituições democráticas.

“É preciso abrir-se ao diálogo com quem conversa com outros, com quem são os formadores de opinião, e chegarmos a algumas ações coletivas comuns para nos comprometermos com as verdades e com os fatos e não com as mentiras, também chamadas de fake news”, disse.

O seminário sobre impactos da desinformação e da violência política para a democracia também contou a participação da ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e do diretor do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul, Remo Carlotto.

Texto: José Carlos Oliveira

## **Marcelo Arruda**

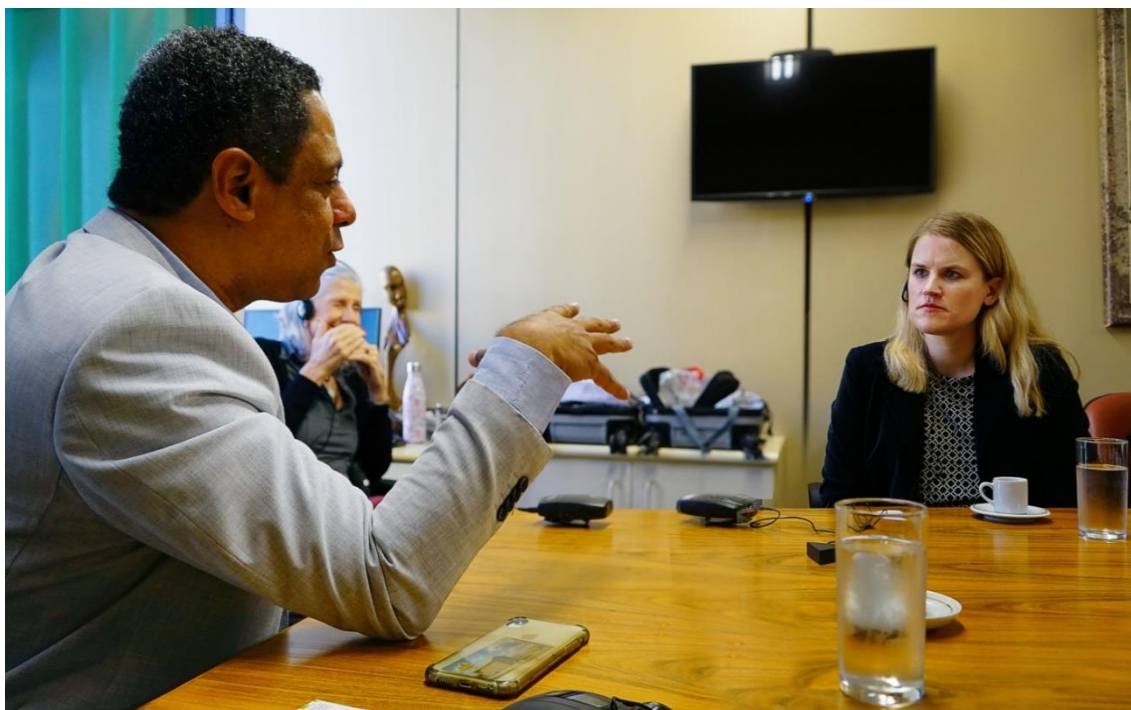
O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Orlando Silva (PC do B/SP), manifestou-se em nota sobre o assassinato de Marcelo Arruda, militante do Partido dos Trabalhadores, ocorrido em 10 de julho no Paraná, dias após o Seminário.

Depoimentos de testemunhas indicam ter se tratado de crime decorrente de intolerância política.

Orlando Silva lembrou que o relatório “Violência Política e Eleitoral no Brasil”, das organizações de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global, mapeou centenas de casos de violência política entre 2016 e 2020, incluindo dezenas de crimes contra a vida. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se para 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número cinco vezes maior do que o quantitativo de 2017.

Essa violência foi, para Silva, mobilizada em alto escalão. Em 2018, Bolsonaro, candidato, em discurso, bradou: “Vamos fuzilar a petralhada”. Sua retórica, ainda hoje, é de armamento, morte, golpe e extermínio de inimigos.

Fake news e violações de direitos humanos nas redes



O Deputado Orlando Silva (PC do B/SP), Presidente da CDHM, recebeu no dia 6 de julho a cientista de dados norte-americana Frances Haugen, ex-funcionária da Meta, empresa detentora do Facebook e Instagram.

Haugen foi responsável pela liberação de centenas de documentos que expuseram o funcionamento de seus algoritmos, suscitando críticas pelo mundo no que ficou conhecido como “Facebook Papers”.

No encontro, a cientista ressaltou que as ferramentas para transparência, combate à desinformação e combate a violações de direitos humanos nas redes são ineficientes em português e espanhol; menos eficazes, por exemplo, do que em inglês ou alemão, em que os países falantes desses idiomas apresentam forte pressão regulatória sobre as *big techs*.

Por isso, ressaltou, seria fundamental uma articulação Regional na América Latina pela transparência das plataformas sociais.

Para Frances, a proteção à língua é proteção aos direitos dos brasileiros e de sua diversidade cultural, e as plataformas devem informar quanto investem em tecnologias protetoras da democracia em cada país e idioma.

Frances ainda deu opiniões sobre projeto de combate às Fake News. Ela valorizou o relatório ao PL 2630/2020 e considerou como relevantes os aspectos sobre os deveres de transparência das plataformas digitais.

Frances eixou claro não ser contrária às mídias sociais: “elas são transformadoras porque elas dão às pessoas a possibilidade de falar. O ponto passa pela responsabilização delas”.

## **Audiência pública**

As Comissões de Ciência e Tecnologia e de Legislação Participativa realizaram audiência pública com a participação de Haugen. A deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), que propôs a realização da audiência, lembrou que, em 2018, um grande escândalo colocou o Facebook no centro das atenções mundiais. "As informações de mais de 50 milhões de pessoas foram utilizadas sem o consentimento delas pela empresa britânica *Cambridge Analytica* para fazer propaganda política. A empresa teria usado esses dados para criar um sistema que permitiu prever e influenciar as escolhas dos eleitores nas urnas", disse a deputada.

## 10 anos da Lei de Acesso à Informação

A CDHM realizou no dia 1 de junho audiência pública para avaliar os 10 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI). A LAI foi criada para garantir ao cidadão o acesso às informações detidas pelo poder público, sem necessidade de requerimentos.

"Fruto de pressão da sociedade civil e mobilização da sociedade junto ao Legislativo, a LAI é hoje o mais importante documento para implementação do regime de transparência no Brasil, tendo criado dispositivos que obrigam o Estado à disseminação de informações e permitem a cidadãos e cidadãos o direito de demandá-las e recebê-las", afirma o deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE).

O parlamentar ressalta que a LAI extrapola os pilares constituintes da gestão pública quanto à integridade e à transparência. "A Lei de Acesso à Informação é, também, um dos mais importantes marcos de direitos humanos no País", afirma Gadêlha, acrescentando que ela é uma importante ferramenta no combate ao autoritarismo e à truculência estatal.

"É necessário, portanto, celebrar a existência da LAI para, enfim, defendê-la. Celebrá-la e trazê-la para o centro do debate público como aquilo que ela realmente é: uma lei que institui um direito humano fundamental, e sem a qual não é possível vislumbrar um Estado Democrático de Direito", conclui Túlio Gadêlha.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

---

## Violência política

---

### Representantes de instituições de direitos humanos repudiam crimes motivados por violência política

Representantes de quatro instituições federais voltadas para a proteção dos direitos humanos assinaram no dia 12 de julho carta em que repudiam crimes motivados por ódio e violência política.

As circunstâncias que envolvem o assassinato de Marcelo Arruda, guarda municipal e tesoureiro do Partido dos Trabalhadores em Foz do Iguaçu (PR), motivaram o documento, assinado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), pela Defensoria Nacional de Direitos Humanos (DNDH/DPU) e pela presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

Para os representantes, o ambiente hostil que se tem visto nesse período eleitoral não pode ser incentivado por condutas e discursos que propiciam o armamento da sociedade, estimulam a desobediência às regras eleitorais, levantam suspeitas sobre a segurança das urnas e buscam transformar adversários políticos em inimigos a serem eliminados

### Riscos à segurança de servidores e mesários na eleição

No dia 25 de agosto a CDHM realizou audiência pública com sindicatos de trabalhadores do judiciário e do Ministério Público Federal e com associações de juízes e de defensores públicos.

O principal receio das entidades era que situações de assédio moral, institucional e até de ameaças físicas acabem colocando em risco a integridade física dos trabalhadores e, conseqüentemente, em xeque o resultado final das eleições marcadas para outubro.

“No momento da divulgação do resultado é muito provável que nós tenhamos o auge da tensão política e a possibilidade de uma violência extrema, inclusive contra prédios da Justiça Eleitoral e contra servidores e servidoras”, alertou o coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União (Fenajufe), Edson Borowski.



Edson Borowski lembrou casos recentes como os incêndios em prédios da justiça eleitoral na Bolívia

Ele lembrou casos recentes, como incêndios em prédios da justiça eleitoral na Bolívia e a invasão do Capitólio (prédio do Congresso dos EUA), ambos em 2018, durante a apuração final dos votos.

“Defender a justiça eleitoral neste momento é dar estrutura de segurança para que cada Cartório Eleitoral tenha lá uma estrutura policial garantida, e para que aquele servidor possa transmitir os dados apurados e entregar à sociedade o resultado final da eleição”, disse.

Representando a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Juliana Lintz disse que o direito ao voto só pode ser plenamente exercido diante de um clima de segurança e tranquilidade. “Desinformações, manipulações e discursos de ódio precisam ser combatidos. No contexto atual de constantes ameaças e de vilanização das urnas eletrônicas e das instituições públicas, precisamos ressaltar que esses discursos em nada têm a ver com a liberdade de expressão e de opinião”, observou.

Ela lembrou ainda que, desde 1996, a urna eletrônica é usada em eleições no País, sem nenhum registro ou indício comprovado de fraude. “No entanto, a urna vem sofrendo injustificados ataques.”

Lucas Ferreira Costa, também da Fenajufe, comentou o aumento de mais de 400% nos registros de armas de fogo no País e disse que é preciso evitar que as pessoas andem armadas dentro dos locais de votação. “É preciso que haja um treinamento específico para que nós

servidores e mesários saibamos como nos comportar diante de uma tentativa de ataques à urna eletrônica fisicamente”, disse.

Gabriel Napoleão Velloso Filho, conselheiro da Associação Juízes para a Democracia, disse que a entidade já pediu formalmente ao ministro Alexandre de Moraes restrições ao porte de armas por CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) desde dois dias antes até dois dias depois das eleições. “O pedido ainda não foi despachado”.

Ontem, Moraes se reuniu com 23 comandantes-gerais da Polícia Militar (PM) nos Estados e pediu que os militares analisem "eventual restrição ao porte de armas" para CACs no dia das eleições.

Texto: Murilo Souza

---

## Memória, Verdade e Justiça

---

### Ex-conselheiro denunciou crimes e irregularidades da atual Comissão de Anistia

*Elaine Menke/Câmara do Deputados*



*Erika Kokay (C) e Victor Neiva, em audiência sobre a Comissão de Anistia*

Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no dia 21 de junho, o ex-conselheiro da Comissão de Anistia Victor Neiva acusou a atual composição da Comissão de “arruinar o processo de justiça” da transição democrática do país, após o fim da ditadura militar.

Neiva é advogado e foi indicado pelas associações de anistiados políticos para compor a comissão em 2019, quando o colegiado saiu da estrutura do Ministério da Justiça e passou para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no governo Bolsonaro. Neiva disse ter testemunhado reuniões da Comissão de Anistia influenciadas por símbolos e ideais dos defensores da ditadura.

“As reuniões são instruídas por livros do Brilhante Ustra, pelo Orvil e literatura dessa natureza. Os julgamentos eram combinados em sessões administrativas pautadas um dia antes das sessões de julgamento, onde, de certa forma, as teses eram combinadas e os julgamentos

eram predeterminados. Jamais houve a isenção de ânimo necessária para a análise de qualquer pedido administrativo ou de qualquer requerimento”, informou.

Segundo Victor Neiva, a não aceitação de provas e o uso de teses desconectadas da realidade fazem parte do cotidiano da Comissão de Anistia, em desacordo com o previsto na Lei 10.559/02, que trata da reparação aos perseguidos políticos durante a ditadura militar.

“A Comissão de Anistia começou, objetivamente, a institucionalizar a ilegalidade. O que está sendo praticado lá é crime de prevaricação: a prática de ato de ofício contra a expressa disposição de lei para a satisfação de capricho ou interesse pessoal”, observou.

Para o representante dos anistiados dos Correios, Domingos Pimenta, a atual Comissão de Anistia mantém “atos de exceção e perseguição” e suas decisões devem ser inteiramente revistas.

“O que a gente tem que pedir é para acabar essa comissão, esquecer os atos dela e refazer o que é realmente a anistia”, disse.

### Desaparecidos

Outra ex-conselheira da Comissão de Anistia, a professora de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora Eneá de Stutz e Almeida avaliou que o atual colegiado não reconhece que o golpe militar de 1964 “mergulhou o país em tempo sombrio de perseguições com motivação exclusivamente política”, torturas e mortes em nome do Estado.

Eneá de Stutz também denuncia a fragilização da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995 para localizar e reconhecer perseguidos em razão de atividades políticas.

“Está sob risco de fechar na semana que vem. A presidência dessa nova composição já convocou, para a próxima semana, uma reunião para votar o relatório final, encerrar as atividades e encerrar a comissão, como se fosse uma comissão de governo e pudesse ser encerrada assim, porque o presidente da comissão quer”, afirmou.





Capiberibe: "Precisamos de mais ousadia para enterrar de vez o arbítrio"

Uma das organizadoras do debate, a deputada Erika Kokay (PT-DF) afirmou que o fracasso do país na reparação é um “escárnio com a história e com as marcas deixadas no corpo e na alma dos torturados e perseguidos”. Para o deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), a falta das ações de memória, verdade e justiça no passado se reflete atualmente.

“Uma das razões de estarmos vivenciando hoje uma situação em que algumas pessoas defendem a volta da ditadura e interpretam de maneira absolutamente equivocada o artigo 142 da Constituição Federal é porque, infelizmente, não houve uma revisão imediata, dura e necessária dos crimes cometidos pelo Estado”, afirmou. Para Capiberibe, o País avançou com a Comissão da Verdade, mas, para ele, “precisamos de mais ousadia para enterrar de vez o arbítrio e o amor pela ditadura, que é minoritário, mas não deveria existir”.

O presidente da Comissão de Anistia, João Henrique de Freitas, foi convidado para o debate na Câmara, mas não compareceu. O site da comissão informa já ter recebido 79.183 requerimentos, dos quais 75 mil foram arquivados. Há outros 263 em fase de finalização e 3.887 aguardando análise.

### **Dilma Rousseff**

Naquele mês, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos negou pedido de anistia à ex-presidente Dilma Rousseff, que foi presa e torturada durante a ditadura. Em nota, a Comissão de Anistia citou o impacto financeiro da reparação e alegou que Dilma já teve anistia reconhecida em comissão estadual do Rio Grande do Sul.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), também é autor do requerimento de debate sobre o tema. Para o deputado, tem sido recorrente “o descumprimento da lei ao julgar os pedidos de anistia em tramitação” na Comissão de Anistia.

Texto: José Carlos Oliveira

## Preservação de acervo de memórias relacionadas à ditadura

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), demandou no dia 23 de setembro, à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Brito, ao Defensor Nacional de Direitos Humanos, André Ribeiro Porciúncula, e ao Subprocurador-Geral da República, Carlos Vilhena, a preservação do acervo de registros históricos das memórias relacionadas à ditadura.

Orlando Silva manifestou preocupação após matéria publicada no site Metrôpoles, que destacou a possibilidade de eliminação do acervo. Silva questionou se as informações publicadas na matéria são verídicas, e, em caso positivo, quais os motivos que ensejam o desprezo do acervo e qual o exato teor do acervo citado na reportagem, e demandou que o acervo seja mantido até eventuais esclarecimentos e providências.

Segundo a reportagem, são cerca de 17 mil itens, que versam sobre crimes, autores, testemunhas e vítimas de violações de direitos humanos.

O parlamentar reforçou que os princípios das Nações Unidas sobre proteção e promoção dos direitos humanos por meio de ações de combate à impunidade reafirmam o direito inalienável de conhecer a verdade sobre graves violações de direitos humanos – entre elas a prática da tortura. Apontou também que o documento do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre justiça de transição em sociedades em situação de conflito ou de pós conflito estabelece os direitos à memória, verdade e justiça e que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade brasileira recomendou a “preservação da memória das graves violações de direitos humanos”.

## Presidente da CDHM questiona extinção da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

Orlando Silva (PCdoB/SP, questionou no dia 12 de dezembro a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Rodrigues Britto, e o Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, Marco Vinícius Pereira de Carvalho, sobre a extinção da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

O presidente da CEMDP convocou reunião extraordinária para a análise e votação da extinção do órgão. A intenção de terminar os trabalhos do órgão foi amparada em supostamente não haver mais procedimentos de pedido de indenização em andamento, amparando-se a decisão em um parecer da Advocacia Geral da União (AGU).

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi instituída por meio da Lei nº 9.140/1995, e tem entre suas atribuições proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas e envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas.

Orlando Silva reforçou que, conforme manifestação das Procuradoras da República Luciana Loureiro Oliveira e Marcia Brandão Zollinger, a extinção da Comissão é “prematura, considerando a existência de casos pendentes, que demandam providências administrativas, como o reconhecimento de vítimas, busca de corpos/restos mortais e registros de óbito, os quais ainda não foram objeto de requerimentos individuais, tais como os relacionados a desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, na Vala de Perus e no Cemitério Ricardo Albuquerque”.

O presidente do colegiado apontou também que a extinção da CEMDP viola normas internacionais. “Os princípios das Nações Unidas sobre proteção e promoção dos direitos humanos por meio de ações de combate à impunidade reafirmam o direito inalienável de conhecer a verdade sobre graves violações de direitos humanos – entre as quais avulta a prática da tortura. Declaram que ‘todas as pessoas têm o direito inalienável de conhecer a verdade sobre eventos passados relativos à perpetração de crimes hediondos e sobre as circunstâncias e razões que levaram, através de violações maciças ou sistemáticas, à perpetração desses crimes’”, afirmou, no documento.

---

## Violência policial

---

### Presidência da CDHM demanda aplicação dos protocolos internacionais na apuração das mortes na Vila Cruzeiro (RJ)

Orlando Silva (PC do B/SP) pediu no dia 24 de maio providências ao Governador do Rio de Janeiro, ao Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Ministro da Justiça e da Segurança Pública sobre a ação policial do Bope (Batalhão de Operações Especiais) em conjunto com a PRF (Polícia Rodoviária Federal) na região da Vila Cruzeiro, Complexo da Penha, zona norte do Rio de Janeiro, que teria resultado na morte de 21 moradores, além de um policial civil ferido.

O deputado apontou que, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, em 2020 o país atingiu o maior número de mortes em decorrência de intervenções policiais, com 6.416 vítimas fatais. Desde 2013, primeiro ano da série monitorado pelo FBSP, o crescimento é da ordem de 190%. No Rio de Janeiro, 25,4% das mortes violentas intencionais ocorridas em 2020 foram ocasionadas pela polícia.

O parlamentar reforçou que o Comentário Geral nº 39 do Comitê de Direitos Humanos da ONU estipula que os Estados devem tomar todas as medidas necessárias para prevenir a privação arbitrária da vida por parte de agentes estatais, incluindo policiais. Os Estados têm, de acordo com o organismo internacional, obrigação de, em casos de privações de vida potencialmente ilegais, investigar e, quando apropriado, processar os perpetradores de tais incidentes, incluindo os que envolverem alegações de uso excessivo de força com consequências letais, a fim de garantir que os responsáveis sejam levados à justiça.

Os expedientes reforçam que o Protocolo de Minnesota, que compreende as diretrizes da ONU para a investigação de homicídios no mundo, estabelece que investigações devem ser sempre independentes, imparciais, prontas, completas, eficazes, credíveis e transparentes. O protocolo trata expressamente da importância da preservação dos locais físicos e da cena do crime, que deve ser protegida o mais cedo possível.

Já o relatório do Comitê de Desaparecimentos Forçados da ONU, sobre o Brasil, recomenda que este País estabeleça um mecanismo para assegurar que as forças policiais, sejam civis ou militares, cujos membros sejam suspeitos de terem cometido desaparecimento forçado, não possam participar de nenhuma etapa da respectiva investigação.

Orlando Silva solicitou providências urgentes para a aplicação dos parâmetros internacionais mencionados na apuração do caso.

## Comissão convoca ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre morte de Genivaldo Santos em Sergipe

*Pablo Valadares/Câmara dos Deputados*



*Deputado Alexandre Frota (PROS/SP)*

A CDHM aprovou no dia 1 de junho a convocação do ministro da Justiça, Anderson Gustavo Torres, para prestar esclarecimentos sobre a morte de Genivaldo de Jesus Santos durante abordagem da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe. Também foi aprovada a convocação do diretor da PRF, Silvinei Vasques.

Foram aprovados três requerimentos de convocação, apresentados pelos deputados Alexandre Frota (PSDB-SP), Túlio Gadelha (Rede-PE), Talíria Petrone (Psol-RJ) e Vivi Reis (Psol-PA). Os requerimentos foram subscritos pelos deputados Frei Anastácio (PT-PB), Helder Salomão (PT-ES), Padre João (PT-MG), Joenia Wapichana (Rede-RR) e Erika Kokay (PT-DF).

No dia 25 de maio, três policiais abordaram Genivaldo por pilotar uma moto sem capacete. A vítima foi imobilizada e depois colocada no porta-malas de uma viatura. Os policiais jogaram gás lacrimogênio e o fecharam lá dentro, onde ele morreu por asfixia e insuficiência respiratória aguda, conforme laudo do IML.

O deputado Alexandre Frota pediu esclarecimento sobre as imagens do ocorrido, que circularam nas redes sociais. "As ações cometidas são desumanas. As violações dos direitos humanos do cidadão em referência são absurdas e inaceitáveis", disse Frota.

"É evidente que não estamos diante de um caso de utilização de força necessária à condução de indivíduo que esboçou atos de resistência, mas, sim, de mais um episódio de atos executórios que demonstram o desprezo pela vida humana, elemento tão marcante deste governo", completou o deputado Túlio Gadêlha.

Talíria Petrone e Vivi Reis citaram que uso de armas menos letais é previsto dentre os princípios do uso escalonado da força e estão previstas em normas internacionais e nacional como meio de não recorrer à força letal. "Empregar spray, munição química, bombas, balas de borracha e afins sem seguir protocolos pode ser considerado como forma de tortura e até causar morte", afirmaram no requerimento de convocação.

Bira do Pindaré afirmou que mudanças feitas nos cursos de formação de policiais federais deixam esses profissionais despreparados. "Praticamente desapareceram da formação oficial desses policiais disciplinas que permitiriam aos profissionais lidarem com situações como a que vitimou Santos."

Texto: Agência Câmara de Notícias

## Ministro da Justiça nega relaxamento da fiscalização na Amazônia

O ministro da Justiça, Anderson Torres, esteve na Câmara, em 15 de junho, para prestar esclarecimentos sobre a morte de Genivaldo de Jesus Santos durante abordagem da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe. O ministro participou de audiência pública por solicitação de deputados das comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

*Elaine Menke/Câmara dos Deputados*



O deputado Túlio Gadelha (REDE/PE) afirmou que o procedimento dos agentes da Polícia Rodoviária na abordagem a Genivaldo de Jesus Santos é inadmissível e não pode ser considerado um acidente.

“Isso não foi um incidente. Porque aquele gás foi jogado dentro da mala de uma viatura e, enquanto o homem agonizava, outros policiais seguraram aquele porta-malas. Não é acidente isso. Nós não podemos acreditar que isso foi um acidente”.

Genivaldo de Jesus Santos foi parado por três policiais numa blitz por pilotar uma moto sem capacete. Ele foi imobilizado e depois colocado no porta-malas de uma viatura, onde os policiais jogaram gás lacrimogênio. Genivaldo morreu por asfixia e insuficiência respiratória aguda.

O ministro da Justiça concordou que o procedimento não é aceitável e afirmou que todas as medidas legais foram tomadas, como instauração de inquérito e afastamento dos agentes envolvidos. Além de apresentar números de operações de sucesso da Polícia Rodoviária, Anderson Torres garantiu que o caso é uma exceção, e não o padrão da corporação. "Um caso grave e lamentável, mas que, da nossa parte, tudo que se poderia fazer, tudo o que poderia ser feito, realmente foi feito tempestivamente, desde o primeiro momento que vieram as imagens, que veio a notícia, nós fizemos o que nos cabia, e os atos estão em andamento."

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, também compareceu à audiência e afirmou que a investigação policial está em “fase avançada”, e que a ação não representa a corporação.



Texto: Silvério Rios

## Comissão ouve autoridades sobre desdobramentos da chacina de Acari

A CDHM promoveu audiência pública no dia 8 de junho para ouvir autoridades do governo brasileiro sobre os desdobramentos da chacina de Acari, em exame pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Em relatório do fim do ano passado, a CIDH concluiu que o Estado brasileiro, nesse episódio, foi responsável pela violação de diversos artigos consagrados em declarações de direitos humanos.

Em julho de 1990, 11 jovens moradores da Favela do Acari, sete deles menores de idade, foram retirados de um sítio localizado em Suruí, bairro do município fluminense de Magé, por um grupo de homens que se identificaram como policiais. Eles nunca mais foram vistos.

A investigação indicou que os policiais militares envolvidos vinham extorquindo algumas das vítimas antes do seu desaparecimento forçado. Até hoje, o paradeiro dos jovens não foi descoberto, e os responsáveis nunca foram levados à Justiça. Por falta de provas, o inquérito foi encerrado em 2010, sem que ninguém fosse indiciado pelo crime.

*Elaine Menke/Câmara do Deputados*



*Eugênia Gonzaga defendeu tipificar o desaparecimento forçado de pessoas*



Em julho de 1990, 11 moradores da Favela do Acari, sete deles menores de idade, foram retirados de um sítio de Suruí, bairro de Magé (RJ), por um grupo de homens que se identificaram como policiais, e nunca mais foram vistos.

A investigação indicou que os policiais militares envolvidos vinham extorquindo dinheiro de algumas das vítimas antes do desaparecimento. Até hoje não se sabe o que aconteceu com as vítimas, e os responsáveis nunca foram julgados. O inquérito foi encerrado por falta de provas 20 anos após o episódio, em 2010, sem que ninguém fosse indiciado.

Em relatório divulgado no fim do ano passado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concluiu que o Estado brasileiro foi responsável pela violação de diversos artigos consagrados em declarações de direitos humanos no episódio.

Para o representante da organização de direitos humanos Projeto Legal das Vítimas da Chacina de Acari, Carlos Nicodemos, o caso é emblemático porque ocorreu dois anos após a vigência da nova Constituição do Brasil e colocou à prova o cumprimento dos princípios de direitos humanos.

## **Recomendações**

“Estamos nesse caso desde 2006. Somente agora, 16 anos depois, conseguimos chegar com o caso na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a partir de uma decisão que foi tomada no último dia 22 de abril por parte da comissão interamericana frente à absoluta falta de tomada de posição por parte das autoridades do governo do estado do Rio de Janeiro e do governo federal em cumprir as recomendações que foram dadas pela comissão interamericana de direitos humanos da OEA”, disse Nicodemos.

A corte interamericana deu as seguintes recomendações ao Brasil:

- reparar integralmente as violações de direitos humanos;
- compensar economicamente os parentes das vítimas;
- dar atenção à saúde física e mental dos familiares;
- investigar o destino ou paradeiro dos desaparecidos;
- se for o caso, adotar as medidas necessárias para identificar e entregar a seus familiares os restos mortais das 11 pessoas desaparecidas;
- concluir as investigações penais e adotar medidas para proteger e promover o trabalho realizado pelas mães de Acari;
- tipificar como crime o desaparecimento forçado.

Carlos Nicodemos defendeu a aprovação de projeto do Senado que estabelece que surtam efeitos jurídicos imediatos no ordenamento interno brasileiro as decisões ou sentenças da

Comissão Interamericana de Direitos Humanos e as da Corte Interamericana de Direitos Humanos que tratem de responsabilidade internacional fundada em tratado ratificado pelo Brasil ([PLS 220/16](#)).

Outra proposta foi destacada também pela procuradora regional da República Eugênia Augusto Gonzaga: o projeto do Senado e que tramita na Câmara ([PL 6240/13](#)) que muda o Código Penal para tipificar o desaparecimento forçado de pessoa. A proposta aguarda votação na Câmara.

“Por que que ele é importante? Porque o Brasil se comprometeu a fazer isso, a tratar como um crime diferente de sequestro. O que nós temos aqui feito pelas polícias, pelas milícias, desaparecendo com essas vítimas, é uma coisa muito diferente do que nós temos no sequestro comum, feito por pessoas físicas”, disse.

*Elaine Menke/Câmara do Deputados*



*Talíria pediu o cumprimento das recomendações da corte interamericana*

### **Sem atestado de óbito**

Familiares de vítimas participaram da reunião e relataram a dor de não terem até hoje atestado de óbito de seus parentes, pelo fato de os corpos não terem sido encontrados. Aline Leite de Souza, irmã da Cristiane Souza Leite, vítima da chacina de Acari, foi uma delas.

“Em 31 anos, você pode não acreditar, eu não tenho certidão de óbito da minha irmã. Quatro famílias têm a certidão de óbito. O que diferencia minha irmã para esses quatro? ”, disse.

O pedido para realização da audiência pública foi da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), que quer respostas do governo brasileiro sobre as recomendações da Corte Interamericana. Ela lamentou que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos não tenha mandado representante para falar na audiência, mas apenas como ouvinte.

Reportagem – Luiz Cláudio Canuto

## Vítimas de Desaparecimentos Forçados: saiba como está o projeto sobre o tema na Câmara

O 30 de agosto é o Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados, data criada para dar visibilidade a essa violação de direitos humanos.

O Brasil é parte, desde 2013, da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas da Organização dos Estados Americanos. Em 2016, o país passou a ser parte da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados da ONU. Ambas as convenções determinam que os Estados prevejam esse crime em sua legislação.

Nesse sentido, em setembro de 2021 o Comitê das Nações Unidas sobre desaparecimentos forçados recomendou que o Brasil legisle sobre esse crime.

Para dar cumprimento a esses parâmetros internacionais, tramita na Câmara o Projeto de Lei 6240/2013, já aprovado pelo Senado, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que tipifica as condutas de privar alguém de sua liberdade, na condição de agente do Estado, ocultando ou negando a privação de liberdade ou deixando de prestar informação sobre a condição.

A proposta já foi deliberada pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), e agora aguarda análise da Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC).

Na CCJC, será apreciado o parecer do relator Deputado Orlando Silva (PC do B/SP), que também é presidente da CDHM, e opina pela aprovação do projeto vindo do Senado. Para o deputado, “o desaparecimento forçado de pessoas é uma forma particularmente cruel de violação de direitos humanos, devido a sua alta capacidade de impor o sofrimento de modo continuado”.

Em 2 de agosto, o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH/ROSA) manifestou-se favoravelmente à proposta vinda do Senado. O parecer, encaminhado por Jan Jarab, Representante Regional do comissariado de direitos humanos, aponta que o desaparecimento forçado constitui uma grave violação dos direitos humanos uma vez que tal ato repercute na violação de vários direitos: o direito à liberdade e segurança da pessoa; o direito de não ser submetido a tortura

e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; o direito à vida, quando a pessoa desaparecida é morta; o direito à identidade; o direito a um julgamento justo e às garantias judiciais; o direito a um recurso efetivo, incluindo reparação e compensação; o direito de saber a verdade sobre as circunstâncias de um desaparecimento.

## Audiência pública debate o uso da força e de armas por policiais em atividade

*Bruno Spada/Câmara dos Deputados*



*Deputado Subtenente Gonzaga (PSD/MG), autor do requerimento*

A Comissão de Direito Humanos e Minorias debateu no dia 7 de dezembro em audiência pública o uso da força e de armas por policiais em atividade. O requerimento para a audiência é de autoria do deputado Subtenente Gonzaga (PSD/MG), que lembrou que o projeto de lei 1532/2022 trata do estabelecimento de regras de conduta para que o agente policial desempenhe suas funções, especialmente no que tange ao empenho da força e de armas de fogo, da tipificação de condutas tidas como criminosas com o emprego da força.

“Nós temos índices de homicídios superiores aos de países de guerra, isso é inaceitável, temos baixa resolução de crimes, temos uma das maiores populações carcerárias do mundo, temos um milhão de mandados de prisão em aberto, deficiência de vagas no sistema prisional, número alto de prisões temporárias por falta de julgamento”, explicou o deputado Subtenente

Gonzaga (PSD/MG) sobre o cenário no Brasil. Gonzaga defendeu que os últimos questionamentos por parte do STJ sobre as buscas realizadas durante abordagens têm gerado insegurança entre os policiais, e que o Congresso deve se debruçar sobre o tema como forma de estabelecer parâmetros claros para as abordagens policiais.

“A segurança pública não é um arbítrio do policial, a segurança pública é um direito de todo cidadão, e é uma obrigação do Estado. E o Estado organizado nas polícias deu essa competência para as polícias. Nós entendemos que é um momento delicado do ponto de vista da segurança jurídica para a atuação do policial e delicado por estarmos alimentando a impunidade”, afirmou Gonzaga.

“Essa é uma discussão muito necessária, foi construída uma dicotomia que é muita falsa, de que os direitos humanos protegem o mal feito, protegem os bandidos, e ao mesmo tempo há muito desrespeito nas abordagens das polícias”, afirmou a deputada Erika Kokay (PT/DF).

A parlamentar também condenou o uso político recente das polícias e a importância de manter essas instituições como parte do Estado. “Isso tudo indica que há fragilidades, é preciso manter as polícias como órgãos de Estado, que não devem colidir com direitos, protegem a vida, o patrimônio, as existências”, reforçou Kokay, apontando que é preciso enfrentar o assédio moral nessas organizações, criar mecanismos de defesa e investir na formação desses servidores.

“Quando se trabalha em condições adversas, e os policiais trabalham em condições adversas, sem equipamentos, a própria Polícia Rodoviária estava trabalhando com colete vencido, você cria uma série de inseguranças, em certa medida a violência é uma resposta a uma insegurança que está posta”, disse Kokay, lamentando ainda a extinção do curso de direitos humanos na PRF e reforçando a necessidade de respeito ao protocolo do uso progressivo da força.

## **Divergências**

“O Estado não pode agir de forma arbitrária. É vedado por uma constituição cidadã. A busca pessoal equivaleria a uma busca domiciliar. O corpo da pessoa tem uma carga protetiva ainda maior do que o próprio domicílio das pessoas, então, o policial não poderia ter uma ingerência maior que um juiz, que autoriza uma busca domiciliar”, explicou Thales Arcoverde Treiger, Defensor Público Federal e Defensor Regional de Direitos Humanos, sobre a origem histórica dos questionamentos.

“O que nos traz insegurança é uma falta de uma atitude efetiva e respeitosa com os direitos humanos por parte do próprio Estado. Nós precisamos reformular a segurança pública para termos uma postura cidadã, e a partir do momento que tenhamos o exercício dos direitos por todos e todas, tenhamos garantido a segurança de todos, inclusive dos policiais”, reforçou o

Defensor. “Quanto mais aumentamos o controle, mais protegemos o bom policial”, afirmou Thales.

“Um policial é antes de tudo é um garantidor de direitos, da segurança, ele precisa de instrumentos”, afirmou Marcos Vinicius Gomes Avelino, representante da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF).

“Todo e qualquer excesso se afasta desse instrumental legal. Na hora em que se comete algum excesso, a gente não tem mais o agente garantidor”, apontou Marcos, argumentando que as situações de abuso são raras.

“Apesar dos inúmeros problemas, nós temos problema de formação, problemas estruturais graves, problemas de reconhecimento desse policial, tantos em termos remuneratórios quanto institucionais. A polícia é feita por pessoas, gente que sofre também. O percentual de desvios e problemas, de eventuais abusos, é insignificante em termos estatísticos. Nós temos uma boa polícia, apesar dos pesares”, defendeu Marcos Vinicius, apontando que a busca procura inibir crimes e que é preciso garantir instrumentos aos agentes.

“A própria presença policial, estando fardado, já é um uso da força, ali ele já inibe qualquer ação delituosa”, afirmou Coronel Flávio Godinho, Chefe da Diretoria de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

“Nós temos o estado menos letal do Brasil, somos hoje o estado mais seguro, eu credito tudo isso ao treinamento policial militar, capacitamos as pessoas”, explicou Godinho, completando que os agentes também começaram a utilizar câmeras pessoais.

### **Punição para excessos**

“Nós temos uma corregedoria forte, uma justiça militar forte, para punir aqueles policiais que realmente fazem o que não deveria ser feito, que é descumprir uma legislação. Esses sim têm que ser punidos, e com o rigor que a lei permite”, disse o Coronel, afirmando que os policiais precisam de segurança jurídica para exercer sua atividade.

“A segurança pública não é cartesiana. Em um país de dimensão continental como o nosso, é claro que vamos encontrar elementos que podem caracterizar excessos e abusos, mas a legislação brasileira possui duas normas jurídicas que podem fiscalizar essas abordagens: Lei de abuso de autoridade e a Lei de Tortura 9455. Se em algum momento, em uma abordagem, um policial ferir esses princípios, nós já possuímos no nosso ordenamento termos que visam punir esse policial que comete excesso”, afirmou Heder Martins de Oliveira, Presidente da Federação Nacional de Praças (ANASPRA), acrescentando que há uma criminalização das abordagens.

---

## Combate ao racismo

---

### Comunidades de matriz africana pedem aprovação de marco legal

Com o Plenário repleto de lideranças religiosas de matriz africana, a CDHM debateu, no dia 18 de maio, a criação de um Marco Legal dos Povos de Matriz Africana. Os participantes pediram que o marco legal garanta a essa população, entre outros direitos, o de existir.

A intenção do Projeto de Lei 1279/22, que cria esse marco, é, entre outras, reconhecer as unidades territoriais que materializam a cultura dos povos tradicionais e a organização de políticas públicas nas áreas de saúde, segurança alimentar, emprego e renda para essa população.

Assista reportagem sobre audiência em: <https://youtu.be/9cwkAiUI7Pw>

### Parlamentares defendem continuidade de ações afirmativas nas universidades públicas

Billy Boss/Câmara dos Deputados



*Bira do Pindaré defendeu a criação de uma Bolsa Permanência para cotistas*

Dez anos após sua entrada em vigor, a Lei de Cotas precisa ser aperfeiçoada, mas a política de inclusão étnico-racial nas universidades públicas não pode deixar de ser estendida. Essa foi a opinião de participantes em audiência conjunta promovida no dia 25 de maio pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Educação da Câmara dos Deputados.

A Lei de Cotas define regras para ingresso de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em instituições públicas de ensino superior e prevê que a revisão deverá ocorrer neste ano.

O líder do PSB, deputado Bira do Pindaré (MA), defendeu que a política de cotas seja aprimorada com base em três eixos: acesso às universidades, permanência nas universidades e êxito acadêmico. “O projeto de 2012 cuidou muito do acesso, mas não teve a preocupação com a permanência, muito menos com o êxito da política pública”, pontuou.

Ele é relator do PL 3422/21, que prorroga por mais 50 anos a Lei de Cotas. O deputado adiantou que seu parecer vai fazer algumas alterações no texto original, como a inclusão de incentivo financeiro ao universitário por meio da Bolsa Permanência e a reserva de 30% de vagas para estágio na administração pública federal. Outra alteração será para condicionar o fim da política pública ao cumprimento das metas, e não a um prazo.

“O que importa para nós é que a desigualdade seja combatida efetivamente e que as metas sejam alcançadas de maneira estável, porque aí teríamos sucessivos ciclos de avaliação que iriam consolidar o entendimento de que finalmente não precisamos mais da lei de cotas”, sustentou.

A deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), uma das que solicitaram a reunião, também defendeu o fim do critério temporal para a política pública. “A gente tem que discutir e saber que cota é uma política estruturante no País, ela tem de existir, além disso temos que dar condições para que a cota de fato possa fazer diferença”, disse.





*Bruna Brelaz: "Em 2022, o orçamento das universidades sofreu cortes de R\$ 1 bilhão"*

## Mobilização

Na mesma linha, a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Bruna Brelaz, defendeu a reestruturação e a continuidade da lei. “Essa política passará por uma revisão e um aprimoramento. Nós não aceitaremos o discurso de que essa política acabou, e nós estamos muito bem mobilizados junto com o movimento negro para qualquer tentativa de setores conservadores colocarem passos para trás nessa lei”, sustentou.

Brelaz afirmou que a assistência estudantil e a revisão orçamentária são fatores importantes para salvar as universidades. “Só em 2022, o orçamento das universidades sofreu cortes de R\$ 1 bilhão. Como esse estudante cotista que entra hoje na universidade, que precisou fazer a transição pós-pandemia vai encontrar essa universidade com o orçamento totalmente desatrelado da realidade?”, questionou.

A deputada Lídice da Mata (PSB-BA), uma das que solicitaram a audiência, também falou a favor do aprimoramento da legislação. Ela é relatora do PL 3425/20, que incorpora as políticas afirmativas na pós-graduação, com o objetivo de estender as cotas para as populações do campo, indígenas, quilombolas, entre outros. “Nós partimos daquilo que já foi conquistado e avançamos com a política de cotas, incluindo novas minorias”, disse.



*Lídice da Mata defendeu políticas afirmativas na pós-graduação*

## Retrocesso

Durante a audiência diversos participantes classificaram de retrocesso a proposta que permite que universidades públicas cobrem mensalidades de alunos ([PEC 206/19](#)), que atualmente está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“É muito importante que seja formada uma frente ampla e consistente envolvendo parlamentares e a sociedade civil para que não corramos nenhum risco de retrocesso em relação a essa política, que é uma das mais acertadas para as universidades federais”, sustentou o representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Alfredo Macedo Gomes.

Ele elogiou o parecer do deputado Bira do Pindaré ao projeto que prorroga a Lei de Cotas. Gomes também acrescentou que é preciso rever a regra demográfica prevista na lei atual, para facilitar o acesso à universidade de indígenas que vivem em centros urbanos, mas que não são considerados pelo censo.

Texto: Emanuelle Brasil

---

## Migrantes e refugiados

---

### Comissão aprova Convenção sobre trabalhadores migrantes

A comissão especial sobre trabalhadores migrantes, presidida pelo Deputado Carlos Veras (PT/PE), aprovou, em 12 de dezembro, a adesão do Brasil à convenção das Nações Unidas sobre a proteção aos trabalhadores migrantes e suas famílias.

O relator da matéria, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), apresentou parecer favorável ao assunto. Ele elaborou um projeto de decreto legislativo de aprovação do texto da convenção, que ainda será votado pelo Plenário da Casa.

*Elaine Menke/Câmara do Deputados*



O texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias foi enviado pelo governo federal à Câmara na forma da Mensagem 696, de 2010, ano em que se deu a adesão do Brasil. A convenção foi adotada em 1990 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

“A adesão e a ratificação do instrumento pelo País constitui avanço importante em favor da proteção dos direitos humanos a cerca de 1 milhão de estrangeiros registrados no Brasil, dos quais mais da metade seria oriunda de fora da América Latina e do Caribe e também,

indiretamente, ao grande número de imigrantes em situação irregular, número este que tem aumentado significativamente nos últimos anos”, afirmou o relator.

## **Direitos**

Entre os pontos abordados pela convenção, em seus 93 artigos, estão não discriminação; direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes; direitos adicionais de migrantes documentados; disposições aplicáveis a categorias especiais de trabalhadores migrantes e integrantes de suas famílias; promoção de condições saudáveis, igualitárias, dignas e legais para trabalhadores e suas famílias; e regras sobre aplicação da convenção.

A convenção se aplica aos trabalhadores migrantes e aos membros das suas famílias sem distinção de sexo, raça, cor, língua, religião ou convicção, opinião política, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, posição econômica, patrimônio, estado civil, nascimento ou outra situação.

Entre os direitos garantidos pela convenção estão o de sair livremente de qualquer Estado, incluindo o seu Estado de origem. E ainda o direito à vida e o de não ser submetido a tortura ou não ser mantido em regime análogo ao de escravidão. Também compõe a lista o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

No âmbito do Judiciário, o texto reconhece o direito de que a causa do migrante seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal competente, independente e imparcial, além de vários outros.

O texto convencional leva em consideração que os migrantes indocumentados constituem parte da totalidade dos migrantes.

*Mariana Sacramento*



## Reservas

A convenção foi aprovada pelo colegiado especial com algumas reservas que levaram em consideração a Lei de Migração brasileira, posterior às normas das Nações Unidas, de 1990. Como explicou Orlando Silva, a nova legislação acolheu e até ampliou a aplicação de princípios e garantias aos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias formulados 30 anos antes.

Um desses aspectos é que a Lei de Migração brasileira não distingue entre migrantes documentados e indocumentados. Assim, princípios, direitos e garantias previstos na lei brasileira aplicam-se a todos os trabalhadores migrantes, documentados ou indocumentados.

Já a convenção, como ressaltou Orlando Silva, atribui apenas aos trabalhadores migrantes documentados ou em situação regular direitos como o acesso a instituições e serviços. “A convenção garante aos migrantes indocumentados somente o direito de ‘receber os cuidados médicos urgentes’”, pontuou.

Outro ponto citado pelo relator é o fato de a convenção autorizar, em circunstâncias excepcionais, a expulsão de migrantes sem a devida fundamentação. Esse aspecto, segundo Orlando Silva, colide com a garantia ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa prevista na Constituição de 1988.

“A solução que propomos é a inserção de um dispositivo no projeto de decreto legislativo, contemplando a autorização ao Poder Executivo para, no ato de adesão, apresentar as

reservas à convenção que forem pertinentes e necessárias à compatibilização do texto com a legislação brasileira”, explicou Orlando Silva.

Tais reservas destinam-se a conceder tratamento legal mais favorável aos trabalhadores migrantes e seus familiares no País.

### **A convenção**

Na América Latina, o texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias já foi ratificado por Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai e Peru.

A ratificação do acordo assinado pelo governo brasileiro é uma recomendação da Revisão Periódica Universal (RPU). Criada em 2006, a RPU é um mecanismo da ONU por meio do qual os 193 países-membros (entre eles o Brasil) contribuem entre si para melhorar a situação dos direitos humanos no mundo.

### **Recomendações Internacionais**

No âmbito da Revisão Periódica Universal, as Recomendações de números 9 a 14 e 17 do 3º Ciclo do Brasil dispõem que o Estado brasileiro deve finalizar o processo de ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. No 4º Ciclo de exame do Brasil, Marrocos, Nigéria, Senegal, Sri Lanka, Cabo Verde, Chile, Congo, Egito e Indonésia recomendaram a incorporação do tratado.

O Comitê da ONU para Eliminação da Discriminação Racial (CERD), por sua vez, em seu último exame sobre o Brasil, incentivou o o Estado a ratificar os tratados com disposições que têm relevância direta para as comunidades que podem estar sujeitas a discriminação racial, incluindo a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

### **Criação**

A comissão foi criada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, em 5 de maio, e instituída em 2 de dezembro.

O pedido de criação do colegiado foi feito em 2021 pelo então Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Carlos Veras (PT-PE), e depois ratificado pelos titulares dos órgãos de direitos humanos e pelo atual Presidente do colegiado, Orlando Silva (PCdoB/SP).



## Ações da CDHM

A CDHM, no âmbito do Observatório da Revisão Parlamentar da RPU, realizou audiência pública sobre tratados internacionais de direitos humanos e sobre direitos dos migrantes, resultando em relatórios que podem ser acessados aqui:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/observatorio-parlamentar-da-revisao-periodica-universal-da-onu/avaliacao-por-temas>

Também em 2022, foram realizadas audiências públicas a respeito da questão, sobre o panorama dos 5 anos da Lei de Migrações, sobre os 25 anos da presença do ANCUR no Brasil e sobre a acolhida dos nacionais afegãos.

Com texto de Noéli Nobre

## Entidades criticam regulamentação da Lei de Migração

Durante o seminário "Panorama dos cinco anos da Lei de Migração", realizado pela CDHM em 3 de junho, várias entidades defenderam a adesão do Brasil às convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam da regulação de agências de emprego e das contratações internacionais, além da convenção das Nações Unidas sobre os direitos de trabalhadores migrantes.

Essas entidades ressaltaram, porém, o grande avanço representado pela legislação, porque ela garante inclusão social e é contra a criminalização e discriminação dos migrantes.

Já o representante da Defensoria Pública da União, Gustavo da Silva, disse que o Decreto 9.199/17, que regulamentou a Lei de Migração, restringiu alguns aspectos da lei. Um exemplo citado é que a lei não prevê prisão para fins de deportação e expulsão, mas o decreto sim. Segundo ele, normativos do Conselho Nacional da Imigração também têm sido restritivos.

O representante da DPU citou ainda normas que exigem contratos individuais de trabalho para os migrantes com compatibilidade entre a atividade e a experiência profissional. "Ele deverá comprovar uma qualificação e experiência profissional que são bastante restritas e que diversos migrantes não dispõem. Basta ver que é bastante raro que algum migrante assistido pela Defensoria Pública da União reúna esses requisitos de qualificação e experiência", apontou.

Gustavo da Silva também afirmou que o Conselho Nacional da Imigração foi esvaziado no atual governo, inclusive com a própria retirada da Defensoria.

Virgínia Berriel, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, disse que, apesar dos esforços de todas as entidades interessadas na migração, ainda existem muitos relatos de violação de direitos humanos entre haitianos e venezuelanos.

Flávio Henrique Oliveira, do Ministério da Justiça, disse que o total de carteiras expedidas para migrantes tem sido crescente. Até maio deste ano, já teriam sido expedidas 185 mil. O governo espera atingir 400 mil até o final de 2022.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara, disse que o colegiado pode sugerir ao Executivo mudanças na regulamentação da lei.

“Parte dos debates que nós tratamos aqui demanda iniciativa do Poder Executivo. E estamos às vésperas de uma definição de novos comandantes do País. Creio que a Comissão de Direitos Humanos pode oferecer ideias ao debate público e, quem sabe, seduzir alguns candidatos para que assumam alguns compromissos como seus”, disse.

Texto: Sílvia Mugnatto

## Representantes da sociedade civil celebram os 25 anos do Estatuto dos Refugiados

*Billy Boss/Câmara dos Deputados*



Representantes da sociedade civil presentes à audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara no dia 13 de julho elogiaram o Estatuto dos Refugiados, criado há 25 anos. Mas



coberam a implementação de políticas públicas para que a lei possa ser verdadeiramente cumprida.

Marianna Borges, do Instituto Migrações e Direitos Humanos, também reivindicou que é preciso haver previsão de participação dos próprios refugiados no processo de tomada de decisões.

“Nós fazemos uma ressalva de uma lacuna que ainda persiste, que é o déficit de presença e de participação ativa de pessoas refugiadas no Comitê Nacional para Refugiados, nesse espaço de deliberação, que é muito importante. As pessoas refugiadas precisam ter suas vozes ouvidas diretamente nesse espaço importante que é o Conare”, apontou.

*Wesley Amaral/Câmara dos Deputados*



*Silvia Rucks, coordenadora residente da ONU Brasil*

A reunião foi promovida pela CDHM para celebrar os 25 anos da implementação do Estatuto dos Refugiados e também os 40 anos de atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no País.

A lei brasileira dos refugiados regulamentou os termos do tratado internacional sobre o tema, acordado em convenção da ONU ocorrida após o fim da Segunda Guerra Mundial. Federico Martinez, representante do Acnur no Brasil, destacou que, além de ser importante por reconhecer a convenção da ONU, a lei nacional modernizou o conceito de refugiado para o mundo.

“Além de reconhecer a definição clássica, que estabelece que uma pessoa refugiada é aquela que sofre temor fundamental de perseguição por motivo de raça, nacionalidade, etnia, opinião política etc, a lei brasileira reconhece que também quem sofre, quem experimenta grave violação de direitos humanos precisa ser reconhecido como refugiado”.

O coordenador-geral do Conare, Bernardo Tannuri Laferté, lembrou que a cooperação entre o Acnur e as instituições brasileiras já acontecia antes mesmo da lei.

“No tempo pré-existência do Conare, o Acnur já atuava em conjunto com o Ministério da Justiça e em cooperação com a própria Polícia Federal, na época, e, até hoje, com a autoridade migratória da fronteira com competências da área migratória”, apontou.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), ressaltou a importância de celebrar os 25 anos da lei dos refugiados, ainda mais em face do momento político do País.

“Quando falo que devemos celebrar a integridade da lei é porque esse é o nosso tempo. Esse é o nosso tempo, em que a violação dos direitos humanos passa a ser uma rotina. E, mais do que isso, a violação de direitos humanos se ancora, se legitima no discurso oficial do chefe do Poder Executivo do Brasil”, salientou.

Texto: Silvério Rios

## Direitos dos migrantes são discutidos em reunião com Ministro da Justiça

Marina Lacerda



Participaram da audiência, ocorrida em 4 de agosto, Isa Soter, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Especialistas em Migração e Mobilidade Internacional (ABEMMI), Leonardo Souza, Diretor da ABEMMI, e Alezandre Rabelo Patruy, Diretor de Migrações do MJSP. Os representantes da ABMMI levantaram problemas sobre o Decreto 9199, que regulamentou a Lei de Migração, como dificuldades para a reunião familiar de migrantes e exigências extralegais para a naturalização. Apontaram ainda falhas no sistema para aprovação das autorizações de estrangeiros.

A Associação e o Ministério da Justiça seguirão em diálogo sobre os temas.

Orlando Silva pediu ainda apoio do Ministério para a tramitação do PL 7876/2017, que anistia para migrantes irregulares no Brasil, e da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

## Audiência pública debate situação de afegãos refugiados em aeroporto de Guarulhos

*Bruno Spada/ Câmara dos Deputados*



*Audiência Pública - Acolhida humanitária para nacionais afegãos. Dep. Túlio Gadêlha (REDE - PE), representante da ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Maria Beatriz Nogueira, dep. Orlando Silva (PCdoB - SP) e a presidente do Conselho do Instituto de Empoderamento Humanitário Sustentável SHE, Roberta Abdanur*

A CDHM promoveu no dia 30 de novembro audiência pública sobre a acolhida humanitária para afegãos afetados pela situação de instabilidade institucional do Afeganistão. Atualmente mais de 250 afegãos se encontram acampados no terminal 2 do aeroporto de Guarulhos. São mulheres, crianças, idosos, famílias inteiras que estão buscando refúgio no Brasil.

A retomada do poder pelo Talibã e a instauração do Emirado Islâmico do Afeganistão em 2021 resultaram em um ambiente de receio sobre a garantia aos direitos humanos. Nesse cenário, iniciou-se um esforço de evacuação de cidadãos vulneráveis. Estima-se que mais de três milhões de afegãos fugiram do país.

No Brasil, a portaria ministerial nº 24 de 2021 autoriza a concessão de visto temporário e de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos.

Mais de 3 mil afegãos entraram no Brasil de janeiro a setembro de 2022, de acordo com o Observatório das Migrações Internacionais.

O deputado Orlando Silva, presidente da CDHM, lembrou que a Lei de Imigração do Brasil é uma referência para as nações. “Ela se orienta pelo que há de mais avançado no mundo no que diz respeito à imigração. É uma lei que parte da premissa de que migrar é um direito”.

“O Brasil é um país construído fortemente por migrantes, nós temos os nossos povos originários, que nos enchem de orgulho, mas tivemos dezenas de levas de migrantes que ajudaram na formação social, econômica e cultural, na identidade do Brasil”, refletiu o parlamentar, que relatou a Lei de Imigração brasileira, sobre a importância do acolhimento de diferentes culturas e experiências para as nações.

### **Acolhida Humanitária**

“O visto humanitário salva vidas”, afirmou Maria Beatriz Nogueira, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), explicando que ele tem permitido um caminho seguro para que nacionais afegãos consigam chegar ao Brasil.

Maria Beatriz destacou que já são 3,5 milhões de refugiados afegãos no mundo, a grande maioria no Paquistão e no Irã, mas que o Brasil foi o país da América do Sul que mais contribuiu com a acolhida dos cidadãos afegãos (3.500 afegãos) e explicou que algumas características dificultam ainda mais a adaptação ao país, como a questão do idioma, a inexistência de uma comunidade prévia no país e os grandes núcleos familiares.

A representante do ACNUR citou cinco pontos principais para a resolução da situação: fortalecimento de posto de atendimento no aeroporto, mais vagas de acolhimento para famílias e homens solteiros, ensino de português, estratégia de saída dos abrigos, sensibilização do mercado privado para acolhimento para o trabalho, lembrando que muitos dos afegãos recém chegados ao país são altamente qualificados.

“Nesse caso é uma emergência, absolutamente necessária, para que as pessoas possam começar o seu processo de integração, mas também fazer atividades básicas na sociedade brasileira”, reforçou, sobre a importância do ensino do português.

### **Crise humanitária**

“Eles estão vendendo as crianças para poder nutrir os outros filhos. É uma crise sem precedentes. Esse visto realmente salva vidas. Esse visto simboliza esperança e resistência para todos os afegãos”, afirmou Roberta Abdanur, Presidente do Conselho do Instituto de Empoderamento Humanitário Sustentável – Instituto SHE.

A audiência pública contou ainda com a participação de uma magistrada afegã que agradeceu muito ao Brasil pela acolhida dos cidadãos afegãos.

“Estou aqui como a voz do povo afegão”, disse a magistrada, que trabalhou durante 10 anos na profissão no Afeganistão.

“Quero agradecer profundamente ao povo brasileiro pela emissão de visto para os afegãos que se encontram no Brasil. É um trabalho admirável como, através desses vistos, tem promovido o direito das pessoas que se encontram nessa situação. Para nós é de quebrar o coração o fato das mulheres não terem oportunidade de dar continuidade à sua educação, de não ter seus direitos reconhecidos como em outros países do mundo. A situação no Afeganistão atualmente está terrível, as pessoas não têm condições de manter seus empregos, de alimentar suas famílias”, lamentou, acrescentando que a mídia não expõe todos os horrores que ocorrem no país.

A magistrada afegã e membra do Instituto de Empoderamento Humanitário Sustentável (Instituto SHE) pediu ainda que governo, instituições e sociedade civil continuem auxiliando a enfrentar essa grave crise humanitária.

### **Aeroporto de Guarulhos: maior fronteira aérea da América Latina**

Gabriel Saad Travassos, Defensor Público Federal e Secretário-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União, ponderou que existem pessoas retidas aguardando documentação e outras aguardando vagas de acolhimento, e que é fundamental a regulamentação de uma política nacional de imigração que não garanta apenas o visto, mas também o acesso ao Cadastro Único e a programas de educação.

“O aeroporto de Guarulhos é a maior fronteira aérea da América Latina, é preciso reforçar a acolhida humanitária”, disse o defensor, reforçando que não há pessoas suficientes para atender à demanda e à humanização do posto de atendimento.

## **Aumento do Fluxo Migratório no mundo**

O deputado Túlio Gadelha (Rede/PE), presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional, reconheceu os esforços realizados até o momento. Também defendeu ainda que o Estado brasileiro tenha uma pasta permanente voltada para o atendimento do fluxo migratório e lembrou que a CEMIR aprovou emenda de 150 milhões para o tema em 2023.

“Esse fluxo migratório tende a aumentar no mundo todo e aqui no Brasil não é diferente. As questões climáticas, ambientais, as guerras que acontecem, são fatores que acentuam ainda mais o fluxo de migrantes em todo o mundo. Por isso esse tema precisa ser tratado como política de Estado”, afirmou o parlamentar.

“Ou a gente trata isso como política pública e debate com profundidade e orçamento e soluções, ou a gente vai estar sempre buscando ações emergenciais. Os problemas vão aparecer e a gente vai estar sempre apagando incêndio”, acrescentou.

Ao fim da sessão, o presidente do colegiado afirmou que as contribuições da audiência serão sistematizadas e encaminhadas ao governo de transição para que possam ser incorporadas na agenda do próximo governo.

“O Brasil é um país filho de imigrações, a construção da nossa identidade nacional é feita a partir de diversos fluxos migratórios. Algumas delas forçadas, como a escravidão do povo negro. Outras com motivações distintas: guerras, experiências econômicas, dramas climáticos. As mudanças climáticas têm impactado e estimulado muitos fluxos migratórios, mas de todo modo a acolhida de tantas pessoas, inclusive em função de crises humanitárias como as vividas no Haiti, na Síria e no Afeganistão, também pode vir a contribuir para a formação nacional”, disse Orlando Silva.

O presidente do colegiado reforçou que é necessária uma política nacional de imigração e refúgio, além de um esforço conjunto das três esferas de governo: municipal, estadual e federal.

“Existem cerca de três vezes mais brasileiros pelo mundo do que não brasileiros que habitam o país. E se nós queremos que nossos irmãos sejam bem recebidos pelo mundo afora, obtendo oportunidades e direitos, nós temos que acolher aqui irmãos que não nasceram nesse território, mas que podem contribuir para que o nosso país seja um lugar melhor para se viver”, finalizou o presidente da CDHM.

---

## Direitos Humanos e Empresas

---

### ACNUDH manifesta-se sobre proposta de marco legal de direitos humanos em empresas

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) emitiu opinião técnica sobre o Projeto de Lei n.º 572/2022, que tem como objetivo criar um marco legal sobre Direitos Humanos e Empresas.

O representante regional do ACNUDH, Jan Jarab, lembrou que as Nações Unidas vêm desenvolvendo diversas iniciativas para aprofundar o debate sobre o tema e propor mecanismos para sua implementação, como o estabelecimento de princípios orientadores e a criação de um Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos.

O parecer do ACNUDH traz contribuições para os três pilares previstos nos princípios orientadores, que são: o dever do Estado de proteger os Direitos Humanos, que encontra respaldo nos tratados e convenções internacionais de direitos humanos; a responsabilidade das empresas de respeitar os Direitos Humanos; e o acesso a mecanismos de reparação.

O documento apresenta sugestões, como a incisão de mecanismos não judiciais na proposta, mas também aponta que ela representa um avanço no marco legal atual em relação à proteção de direitos humanos quando há abuso por empresas e, ainda, à prevenção de impactos negativos nos negócios.

O projeto de lei, de autoria de Helder Salomão - PT/ES, Áurea Carolina - PSOL/MG e Fernanda Melchionna - PSOL/RS, será votado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

#### **Histórico**

Em 2015, a convite do governo brasileiro, o país recebeu a visita de dois membros do grupo de trabalho com o objetivo de avaliar os esforços realizados para prevenir e endereçar os impactos adversos aos direitos humanos pelas atividades relacionadas aos negócios. Como conclusão, o grupo de trabalho observou a necessidade de o Brasil avançar na cobrança do respeito aos direitos humanos pelas empresas, a ser realizada sobretudo por meio da devida diligência em direitos humanos.



O Observatório da Revisão Periódica Universal, sediado na CDHM, debateu o tema de direitos humanos em empresas em audiência pública, apresentando na sequência relatório e infográfico sobre o tema.

---

## Crianças e adolescentes

---

### Especialistas cobram políticas públicas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes

Especialistas denunciaram, no dia 12 de maio, a falta de políticas públicas e de orçamento para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O tema foi discutido na Câmara dos Deputados, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

O debate ocorreu em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio. A data foi instituída pela Lei 9.970/00 para lembrar o assassinato da menina Araceli Crespo, sequestrada, violentada e morta em 1973, aos 8 anos de idade.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



*Diego Alves: governo destina pouco dinheiro para a proteção de crianças e adolescentes*

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Conanda), Diego Alves, afirmou que o governo federal deixou de implementar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, aprovado pelo Conanda em 2000. Ele destacou a importância da educação sexual para a compreensão das situações de abuso, o que pode levar as crianças a prevenir, evitar e reportar esses casos. Além disso,

defendeu a garantia, nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios, de recursos para a oferta de serviços de atendimento e para campanhas de prevenção.

Diego citou levantamento feito pelo Unicef e pelo Ipea, segundo o qual o Brasil, entre 2016 e 2019, destinou em média apenas 3,2% dos recursos públicos federais a crianças e adolescentes. “Isso está muito longe de assegurar o que a Constituição preconiza: a criança como prioridade absoluta”, lamentou.

Especialista em Proteção de Crianças e Adolescentes do Unicef Brasil, Luiza Teixeira ressaltou que o quadro de violações aumentou com o isolamento decorrente da pandemia de Covid-19 apesar da diminuição das notificações de violência sexual contra meninos e meninas em 2020.

*Elaine Menke/Câmara dos Deputados*



*Irmã Henriqueta (no telão): miséria leva ao aumento dos casos de violência*

Segundo ela, esse quadro evidencia a dificuldade de se denunciar os casos. “Isso ocorre em virtude de diversos fatores, como a naturalização da violência sexual contra a criança e o adolescente, o desconhecimento do que constitui o crime, a dificuldade de identificar seus sinais, a falta de credibilidade dos canais de denúncia, entre outros”, elencou.

Coordenadora da Comissão Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Irmã Henriqueta Cavalcante acrescentou a miséria a esses fatores. De acordo com ela, famílias de baixa renda, em extrema situação de vulnerabilidade social, são as maiores vítimas. “Nos rios do Pará, crianças são exploradas sexualmente em balsas em troca de um pedaço de pão”, afirmou.

A religiosa destacou que a expansão da fome no País leva ao aumento da exploração sexual e considerou “inadmissível” o desmonte das políticas públicas nos últimos anos. Ela apontou ainda a ineficácia da rede de proteção, com falta de programas de atenção e acompanhamento para as vítimas desse tipo de crime.

### **Dados alarmantes**

O pedido para a realização da audiência foi feito pelas deputadas Vivi Reis (Psol-PA), Erika Kokay (PT-DF) e Maria do Rosário (PT-RS). Vivi Reis afirmou que os dados são alarmantes. “Levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Unicef mostra que diariamente mais de 100 crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual no País”, mencionou. “No Pará, que é o meu estado, os dados da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda apontam que, em 2020, pelo menos seis crianças e adolescentes foram violentadas sexualmente por dia”, acrescentou.

*Elaine Menke/Câmara dos Deputados*



A parlamentar lembrou que a maior parte dos casos ocorre dentro das próprias famílias e que há subnotificação do número de casos. Ela disse que vai apresentar requerimento de informação ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos sobre o subfinanciamento, a descontinuidade na implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a

Criança e o Adolescente, e a falta de prioridade para as políticas públicas de combate ao problema.

Secretária-executiva da Rede ECPAT Brasil – coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes –, Amanda Ferreira disse que o problema requer um plano específico para seu enfrentamento. Ela criticou a inclusão da exploração sexual no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, anunciado pelo governo.

*Elaine Menke/Câmara dos Deputados*



A deputada Erika Kokay reiterou a crítica. “A gente deve se posicionar contra essa diluição, esse plano global, tirando o recorte específico do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, defendeu. Ela acrescentou que o plano precisa de ações, prazos e mecanismos de monitoramento e de responsabilização do gestor para implementá-lo.

Não havia deputados favoráveis ao governo no debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias.





*Dani Sanchez: internet naturaliza a violência sexual ao valorizar os "sugar daddies"*

Itamar Gonçalves, da Coalizão pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, também reivindicou políticas públicas, especialmente de prevenção, e recursos para o combate ao problema. Ele chamou atenção ainda para a necessidade de integração dos diversos serviços da rede de proteção para que as vítimas não sejam prejudicadas ao denunciar a violência sofrida. “No Brasil, as leis são avançadas, mas somos péssimos em implementá-las”, avaliou.

Integrante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Dani Sanchez observou que hoje os professores não podem falar nas escolas sobre sexualidade e gênero, abrindo precedentes para que a violência sexual não seja compreendida e seja silenciada. Ela afirmou ainda que, na internet, há uma naturalização da exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de figuras como “sugar daddy” e “sugar mommy”, dificultando ainda mais o combate ao problema. E frisou que as maiores vítimas de violência sexual estão na periferia e são pessoas negras.

Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Fernanda Brito Pereira salientou que a exploração sexual constitui uma das piores formas de trabalho infantil e ainda provoca outros problemas, como doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, estigma social e impactos psicológicos.

Texto: Lara Haje



## Entidades cobraram apoio do poder público para divulgar cartilha sobre Lei Menino Bernardo

Representantes de órgãos e entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes pediram no dia 23 de junho na Câmara dos Deputados, ampla divulgação da Cartilha Lei Menino Bernardo em todos os municípios do País, principalmente em escolas.

O objetivo da cartilha é detalhar os principais pontos da lei, aprovada em 2014, que assegura a crianças e adolescentes o direito de serem educados sem castigos físicos ou tratamento cruel praticados por quem deve educá-los ou protegê-los. A publicação foi produzida pela Rede Não Bata, Eduque – movimento social criado para eliminar esse tipo de prática no meio familiar, escolar ou comunitário.

*Elaine Menke/Câmara do Deputados*



Coordenadora da Rede, Ana Paula Rodrigues informou que, em 2020, foram registrados pelo Disque 100 mais de 96 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes no País. “Mas existem também as estatísticas do Ministério da Saúde, as subnotificações, que ficam por baixo do tapete, e ainda o que fica no muro do silêncio das famílias”, destacou.

A lei define castigo físico como ação de natureza disciplinar ou punitiva com força física que cause sofrimento físico ou lesão em crianças e adolescentes. Já o tratamento cruel ou degradante está relacionado à humilhação, ameaça ou ridicularização.

“A gente lançou a cartilha da Lei Menino Bernardo porque mais de 50% dessas violências acontecem em um local onde a criança deveria ser cuidada e protegida, dentro da família”, disse”, acrescentou Ana Paula Rodrigues.

### Conscientização e reeducação

A coordenadora do “Não Bata, eduque” acrescentou que a ideia da lei não é criminalizar as famílias e sim conscientizá-las sobre novas formas de educar. Ela destacou ainda, como ponto fundamental da divulgação da Lei Menino Bernardo, o incentivo à participação de crianças e adolescentes.

“Quando crianças e adolescentes conhecem seus direitos, sabem acessar os canais de apoio, de denúncia, e sabem reconhecer o que é violência, caso eles estejam passando por uma situação dessa, vão poder orientar colegas da mesma idade. E isso é uma forma de prevenir a violência”, concluiu.

Antes conhecida como Lei da Palmada, a Lei Menino Bernardo lei teve origem no Projeto de Lei 7672/10, do Executivo, e seu novo nome homenageia o garoto gaúcho Bernardo Boldrini, de 11 anos, vítima de violência doméstica, na cidade de Frederico Westphalen (RS).

“É uma cartilha que explicita o que é a lei e o avanço que ela traz para a construção de relações que respeitem crianças e adolescentes. Nós precisamos que as mãos simplesmente expressem carinho, proteção e segurem nas mãos das nossas crianças”, disse a deputada Erika Kokay (PT-DF), que solicitou o debate sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos e Minorias com o apoio dos deputados Helder Salomão (PT-ES) e Célio Moura (PT-TO). “Não podemos ter mãos que batem em corpos de crianças”

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Diego Alves, destacou o caráter preventivo e de reeducação da sociedade e pontuou como um contrassenso a legislação penal brasileira, tempos atrás, considerar crimes agressões contra adultos e entender castigos físicos contra crianças e adolescentes como parte do processo educativo.

“Esta lei marca uma mudança cultural significativa na nossa sociedade e um dos grandes méritos dela é o caráter preventivo e não punitivo, que foca na construção de uma outra compreensão de sociedade, permitindo evitar que as agressões aconteçam”, disse.

Segundo a Lei Menino Bernardo, pais ou responsáveis que usarem castigo físico ou tratamento cruel e degradante contra criança ou adolescente ficam sujeitos a advertência, encaminhamento para programa oficial ou comunitário de proteção à família, tratamento psicológico e cursos de orientação, além de outras sanções.

Representando o Ministério da Educação (MEC) no debate, a coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Básica, Raphaella Catarino, considera

importante o trabalho intersetorial de divulgação da nova lei durante a retomada das aulas presenciais no período pós-pandemia.

“Muitas vezes as pessoas têm medo de chegar e de falar, então o espaço escolar é um dos espaços de maior apoio, onde, muitas vezes, a violência velada acaba se revelando”, afirmou.

Também participaram da audiência pública representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), do Instituto Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Rede Nacional da Primeira Infância e da Associação dos Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro

Texto: Murilo Souza

---

## População em situação de rua

---

### Especialistas apontam acesso à moradia como “porta de entrada” dos demais direitos da população de rua

O acesso à moradia é condição central para a superação da série de violações de direitos à qual estão submetidas as populações de rua. Esse foi o principal consenso de especialistas reunidos pela CDHM, em 23 de junho, no âmbito da Revisão Periódica Universal (RPU) de recomendações internacionais feitas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (Acnudh).

Estimativas apontam que 222 mil brasileiros vivem nas ruas sem acesso a serviços básicos de saúde, educação, identificação civil e cidadania. O número ainda é baseado em dados de 2020, mas foi visivelmente ampliado durante a pandemia de Covid-19.

O defensor público da União Renan Sotomayor destacou a “centralidade do papel da moradia” para a solução desses problemas. “Não se pode falar sobre superação da situação de rua sem falar de uma política séria e efetiva de moradia para as pessoas em situação de rua”, declarou.

O representante do governo federal concordou. Carlos Ricardo Junior é coordenador-geral de direitos de minorias sociais e população em situação de risco do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e defendeu a inclusão desse tema na Política Nacional de Habitação. Ele argumenta que os atuais programas disponíveis beneficiam pessoas com renda até R\$ 2 mil, o que dificulta a inclusão da população de rua.

“Apesar da ampliação do acesso a serviços, essas pessoas não saíram da situação de rua porque faltou o acesso à [política de] moradia. Nós temos uma nova metodologia que já está sendo testada no Brasil”, afirmou.

A nova metodologia citada é o Housing First, ou Moradia Primeiro, que não se baseia na residência como propriedade, mas como serviço para pessoas que não têm condições de pagar por ela. Segundo Carlos Ricardo Junior, a metodologia já recebeu investimentos de R\$ 10 milhões a partir de recursos do ministério e de emendas parlamentares.

### **Propostas em tramitação**

Durante a audiência pública, alguns debatedores afirmaram que a estratégia de albergues, repúblicas, hotéis sociais e outras modalidades de caráter provisório não funciona efetivamente.

O presidente da Comissão de Políticas Sociais e Desenvolvimento do Cidadão e integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mário Henrique Nunes, defendeu a aprovação do projeto de lei (PL 5740/16) que cria a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O texto já passou pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e está em análise agora na Comissão de Seguridade Social e Família.

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Organizador do debate, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), também quer a aprovação da proposta (PL 488/21) que proíbe o uso de técnicas de arquitetura hostil em espaços públicos. O texto já foi batizado de “Lei Padre Júlio Lancelotti”, em homenagem ao líder de ações humanitárias em São Paulo.

“Na cidade de São Paulo consta que, nos últimos anos, houve crescimento de quatro vezes na população em situação de rua. São famílias inteiras. Percebe-se, inclusive, resquício de utensílios e mobília de alguém que já teve uma casa algum dia. Trata-se de um grupo populacional que concentra as principais violações de direitos humanos, porque atravessam esse grupo todas as demais violações, além, evidentemente, da negação de acesso a um teto, a uma moradia”, disseram o deputado.

A mudança no perfil da população de rua também foi destacada por outros debatedores: antes dominada por homens, agora as ruas também abrigam grande quantidade de mulheres e crianças.

O defensor público Ronan Figueiredo citou dado oficial da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) sobre a população de rua da capital federal: são 71% de negros, 11% de indígenas e 17% de brancos.

Ele ressaltou também a importância de recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que restringe as revistas pessoais feitas por policiais sem motivação fundamentada e objetiva. A intenção é impedir o chamado “baculejo”, ou seja, as revistas violentas tradicionalmente impostas aos moradores de rua.

Líder do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, Markinhos Souza reclamou de estigmas, excesso de visibilidade penal e de invisibilidade de direitos dessa população. “Não tem maior violação de direitos humanos do que a que trata da invisibilidade. A América Latina e o Brasil em especial entraram na luta de guerra às drogas e isso teve impacto no encarceramento em massa, especialmente no crescimento do encarceramento de mulheres e de pais bastante jovens. O reflexo étnico-racial dessa política é a invisibilidade da criança e do adolescente que tem o seu familiar encarcerado”, salientou.

Os debatedores ainda manifestaram preocupação com o fim do prazo da decisão judicial (ADPF 828) que restringe remoções e despejos forçados durante a pandemia. A Campanha Despejo Zero lembra que o prazo acaba em 30 de junho e existem 142 mil famílias ameaçadas de irem para a rua. São cerca de 570 mil pessoas, entre elas 97 mil crianças e 95 mil idosos.

O deputado Orlando Silva espera que o Supremo Tribunal Federal prorrogue o prazo e defendeu a criação de comissão especial da Câmara para analisar com urgência o projeto de lei (PL 1501/22) que disciplina os despejos após 30 de junho.

Texto: José Carlos Oliveira

## Audiência Pública da CDHM debate pesquisas científicas sobre pessoas em situação de rua

*Fábria Pessoa*





A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) debateu em audiência pública nesta no dia 8 de dezembro pesquisas científicas realizadas sobre pessoas e famílias em situação de rua no Brasil e no Distrito Federal.

A deputada Erika Kokay, que requereu e presidiu a audiência, defendeu na estrutura do governo a existência de uma pasta que consiga possibilitar a transversalidade das políticas públicas necessárias para o atendimento dessas pessoas. “É muito importante que nós tenhamos a escuta para a construção da metodologia, é preciso identificar quem são de fato as pessoas em diálogo com a população em situação de rua. Muitas vezes o Estado acha que fez a consulta, mas ele não considerou a interlocução legitimada. E ali foi negada a condição protagonista das pessoas que estão em situação de rua”.

A parlamentar reforçou a importância dos estudos sobre pessoas em situação de rua. “Pesquisas estabelecem diagnósticos, e diagnósticos são fundamentais para a elaboração de políticas públicas”.

Kokay lamentou ainda as situações de violência vivenciadas por essas pessoas, como despejos, retiradas de objetos, e apontou a importância de uma busca ativa que inclua essas pessoas no Cadúnico. “Ele é um cadastro absolutamente valioso como porta de entrada para as políticas. É preciso fortalecer o Cadúnico, atualizar, ter um cuidado com o cadastro”, defendeu.

Kokay quer também que a Frente Parlamentar incida sobre a agenda do Legislativo na próxima legislatura e contribua com o diálogo com os movimentos sociais.



Joana D'Arc, do Núcleo Distrito Federal do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, defendeu a humanização dos censos para vencer a resistência das pessoas em situação de rua com relação à participação em pesquisas.

Joana D'Arc demandou também mais investimento do poder público, mais qualidade dos serviços públicos voltados para essa parcela da população, políticas habitacionais, respeito aos pertences dessas pessoas, humanização do atendimento e punições para os agressores de pessoas em situação de rua.

“A gente é ser humano também, a gente sangra, chora, vivemos na sociedade, fazemos parte da sociedade, em Brasília a cada 100 metros que você anda tem alguém em situação de rua. O movimento identifica 7.500 pessoas em situação de rua. É necessário que tenha esse atendimento humanizado”, reforçou.

#### Política Nacional para População em Situação de Rua

Cristiane de Souza, da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), lembrou que apesar do Decreto 7053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, as 27 unidades da Federação ainda não executam políticas efetivas para essa população.

A defensora pública elencou algumas ações essenciais para garantir os direitos humanos das pessoas em situação de rua: revogar o Decreto 9894/2019, que alterou o CIAMP Rua, assegurando o comitê como instância deliberativa, paritária, com poder de decisão e orçamento próprios; edição de uma medida provisória que estabeleça essa organização básica, vinculando o CIAMP à Presidência da República; criar a Secretaria Nacional para População em Situação de Rua, para articular e implementar de forma intersetorial as políticas públicas para essa população, garantindo a participação da sociedade civil e possibilitando a articulação entre os entes federativos; tornar a Política Nacional de População de Rua uma política de Estado por meio da aprovação do PL 5.740; aprovar a Lei 1635/2022, que institui o Estatuto da Pessoa em Situação de Rua, e garantir orçamento para as políticas públicas voltadas para essa população. A defensora também apontou a importância de incluir essa população no censo e em pesquisas municipais, de garantir a documentação básica dessas pessoas, o acesso à moradia, além da criação de um plano de segurança cidadã que garanta a posse dos pertences dessas pessoas.

[Marcelo Pedra Martins](#), do Observatório Nacional de População em Situação de Rua da Fiocruz, reforçou que as pesquisas recentes realizadas em grandes cidades mostraram aumento significativo de mulheres e famílias em situação de rua. O pesquisador apontou a questão de trabalho e renda e de saúde mental como agendas fundamentais para essas pessoas.

“Um terço dessa população das três maiores cidades do país estão em situação de rua a partir da pandemia. As estratégias de proteção social, de proteção do laço previdenciário, tornam-se fundamentais para a gente pensar a agenda pública da população em situação de rua. 50% da população dessas cidades não têm acesso a benefícios sociais”, disse Pedra.

O pesquisador também elencou experiências que vêm dando bons resultados em alguns estados: diminuir as exigências dos espaços de acolhimento institucional; a Revista Traços, que existe em Brasília e no Rio de Janeiro, como estratégia de trabalho e renda como forma de emancipação; a relação SUS e SUAS, e o Colaboratório Nacional POP Rua, dispositivo que tem como objetivo monitorar, avaliar e interferir na agenda pública para pessoas em situação de rua.

#### Censo DF

Daienne Amaral Machado, Diretora de Estudos e Políticas Sociais do IPDF/CODEPLAN, explicou que existia no DF uma grande lacuna de dados e havia uma demanda dos órgãos de governo e de organizações da sociedade civil por informações atualizadas.

“Muitas delas têm receio, não sabem o que vai ser feito com aquela informação, algumas pessoas não quiseram responder o questionário”, apontou Daienne, lembrando que foram aplicados dois questionários, um mais curto, um amostral, além de uma pesquisa suplementar sobre a trajetória dessas pessoas.

“Sem os dados fica mais difícil pautar essas questões”, disse a pesquisadora sobre a importância de realização de pesquisas periódicas com pessoas em situação de rua. “Quanto mais pesquisas forem feitas, mais vamos conseguir ter aprendizados para chegar nessas pessoas”, acrescentou, explicando que existe a possibilidade de ser minutado um decreto no DF que possibilite essa periodicidade.

#### Aumento das pessoas em situação de rua no Brasil

André Luiz Freitas Dias, do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (Polos- UFMG), apontou a necessidade de pensar política pública pensada em evidências.

“Em 2021, somente 2055 municípios, ou seja 36,89%, fizeram registros de pessoas em situação de rua na base de dados do Cadúnico”, apontou o pesquisador, sobre um apagão de dados sobre essa população.

“32% das pessoas em situação de rua estão fora do Cadúnico. A estimativa do IPEA é de que mais de 280 mil pessoas estejam em situação de rua”, sinalizou André, lembrando que a partir de 2018 o número de pessoas em situação de rua aumentou significativamente no Brasil.

#### Normatização das metodologias

Marco Antunes, do Ministério da Cidadania, defendeu uma normatização metodológica para a realização de pesquisas pelos municípios e um esforço federativo para incorporar no cotidiano de saúde e assistência social pesquisas sobre pessoas em situação de rua.

“Esse conceito tem que ter unidade nacional, ou eu não consigo ter a soma das pesquisas. A gente tem que regulamentar, normatizar de maneira que os municípios sejam induzidos a ter pesquisas periodicamente, com a mesma metodologia. É possível. É um esforço federativo”,

afirmou, reforçando a importância desses dados para a formulação de políticas que consigam responder às diferentes necessidades dessa população.

A audiência contou ainda com a participação de Margarida Quadros, integrante do grupo técnico de Direitos Humanos na Transição de Governo. “Muitas das demandas que vocês trouxeram são as que chegaram a nós. Então, um dos pontos que vão ser reforçados no relatório vai ser a inclusão da população de rua nos censos, o desenvolvimentos de metodologias que alcancem essas pessoas”, afirmou.

---

## Conflitos fundiários

---

### Ministro Barroso recebe representante do Escritório da ONU de Direitos Humanos para América do Sul

STF



O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, recebeu na tarde desta segunda-feira (30), em seu gabinete, o representante do Escritório da ONU de Direitos Humanos para América do Sul, Jan Jarab, acompanhado da assessora nacional em direitos humanos da ONU, Fabíola Real, e do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Ao ministro, o representante regional manifestou preocupação com cinco temas relacionados aos direitos humanos no Brasil: a invasão de terras indígenas por garimpeiros e a necessidade de desintrusão; a retomada de despejos forçados de pessoas de baixa renda durante e após fim da pandemia da covid-19; a alta letalidade policial e os casos recentes envolvendo a Polícia Rodoviária Federal (PRF); a falta de tipo penal para punir os desaparecimentos forçados; e a violência política contra mulheres, negros e população LGBT nas eleições gerais previstas para outubro.

O ministro Barroso ouviu o representante e informou que, dos temas mencionados, ele é relator da ADPF 709, que trata da invasão de terras indígenas e das medidas tomadas durante a pandemia, e da ADPF 828, sobre a suspensão de despejos em razão da covid. O ministro informou, ainda, que o gabinete está aberto a quaisquer sugestões sobre os assuntos.

#### **Invasão de terras indígenas por garimpeiros**

O representante regional demonstrou preocupação pela massiva invasão em terras indígenas Yanomami por garimpeiros, que trazem contaminação por mercúrio, doenças e violência, sendo obrigação do Estado brasileiro removê-los do território.

Jan Jarab lembrou ao ministro que, em 1992, durante o governo Fernando Collor de Mello, quando se demarcou o território indígena Yanomami, 40 mil garimpeiros ocupavam as terras em Roraima e no Amazonas e, em quatro meses, foram removidos. “A desintrusão depende, acima de tudo, de vontade política”, destacou o representante da ONU.

A assessora da ONU Fabíola Real relatou ainda ao ministro que os garimpeiros têm agido com violência e intimidações. Ela contou ter participado, no último dia 12 de maio, de uma missão de acompanhamento da diligência das Comissões de Direitos Humanos do Senado Federal e da

Câmara dos Deputados para avaliar a situação da comunidade indígena dos Yanomami, em Boa Vista (RR), e que o grupo, que estava sendo escoltado pela Polícia Federal e pela Força Nacional, enfrentou um protesto bastante violento dos apoiadores do garimpo.

### **Despejos durante a pandemia**

O representante da ONU informou, ainda, que tem conversado com os movimentos sociais no Brasil e externou muita preocupação com a possibilidade da retomada dos despejos, uma vez que a liminar que suspendeu as desocupações está em vigor apenas até o mês que vem.

Barroso esclareceu que, ao término da vigência da liminar que suspendeu as desocupações, está aberto a soluções que estabeleçam um período de transição, a fim de não prejudicar famílias carentes e que sofreram com os efeitos da pandemia.

### **Letalidade policial, desaparecimento forçado e eleições**

Jan Jarab também lembrou que a ONU acompanha os casos de violência policial no Rio de Janeiro e outros envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, como o caso de Genivaldo Santos, em Sergipe, e outro em Varginha (MG), com mortes de suspeitos de assaltos a bancos da cidade. “Me parece preocupante a recorrência de casos de violência envolvendo a PRF”, afirmou.

O deputado Orlando Silva lembrou que o Brasil tem compromissos internacionais de direitos humanos que precisam ser seguidos. “É preciso investigar esses casos. A impunidade é nosso adversário”, relatou o parlamentar.

Sobre a falta de um tipo penal para classificar casos de desaparecimentos forçados, o deputado informou, durante o encontro, que existe uma proposta em tramitação no Congresso Nacional, mas ainda sem previsão de pauta.

Por fim, sobre as eleições, o representante da ONU frisou que, em um país com grande desproporcionalidade no total de mulheres em cargos de poder, a violência política de gênero e contra negros e público LGBT pode desestimular ainda mais a candidatura dessas pessoas. Sobre o tema, o ministro Barroso lembrou que, quando era presidente do Tribunal Superior Eleitoral, realizou uma campanha contra violência política de gênero com a atriz Camila Pitanga, que não cobrou o cachê.

Texto: STF notícias

Ministro Barroso prorroga até 31 de outubro decisão que suspende despejos e desocupações

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso prorrogou, em 30/6, até 31 de outubro, a suspensão de despejos e desocupações, em razão da pandemia de covid-19, de acordo com os critérios previstos na Lei 14.216/2021.

A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828. Nela, o ministro ressalta que a nova data determinada evita qualquer superposição com o período eleitoral.

O ministro destacou que, após um período de queda nos números da pandemia, houve, em junho, uma nova tendência de alta. Ele informou que, entre os dias 19 e 25 de junho deste ano, o Brasil teve a semana epidemiológica com mais casos desde fevereiro, em todo o território nacional.

Para Barroso, diante desse cenário, em atenção aos princípios da cautela e precaução, é recomendável a prorrogação da medida cautelar, que já havia sido deferida, pela segunda vez, em março deste ano. Ainda segundo ele, com a progressiva superação da crise sanitária, os limites da sua jurisdição se esgotarão e, por isso, é necessário estabelecer um regime de transição para o tema.

Para o ministro, a suspensão não deve se estender de maneira indefinida. “Embora possa caber ao STF a proteção da vida e da saúde durante a pandemia, não cabe a ele traçar a política fundiária e habitacional do país”, afirmou na decisão.

Ele registrou ainda que está em trâmite na Câmara dos Deputados o projeto de Lei 1.501/2022, com o objetivo de disciplinar medidas sobre desocupação e remoção coletiva forçada. “É recomendável que esta Corte não implemente desde logo um regime de transição, concedendo ao Poder Legislativo um prazo razoável para disciplinar a matéria”, disse.

Na decisão, o ministro intimou a União, o Distrito Federal e os estados, assim como a Presidência dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais para ciência e imediato cumprimento da decisão. Ele também intimou, para ciência, as Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Conselho Nacional de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, o relator solicitou à Presidência do STF a convocação de sessão extraordinária do Plenário Virtual para análise do referendo da decisão.

## INCRA arrecada área para assentamento de agricultores no Pará

Publicada no Diário Oficial da União do dia 01/07/2022, pela Superintendência Regional do Incra de Santarém, a Portaria nº 1319 destina os lotes 96 e 97 do imóvel rural denominado Gleba Bacajá para assentamento de agricultores. A previsão é de que sejam criadas 73 unidades agrícolas familiares na área de mais de quatro mil hectares, no município de Anapu, no Pará.

O documento determina ainda a criação do Projeto de Assentamento Irmã Dorothy Stang, a ser implantado e desenvolvido pela Superintendência Regional em articulação com a Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento do INCRA, além da atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao seu perímetro na base de dados cartográficos.

O INCRA iniciará o processo de seleção das famílias que ali serão assentadas na condição de parceiros atendidos pelo programa de reforma agrária.

Dorothy Stang, que defendia os trabalhadores rurais sem-terra e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, foi morta aos 73 anos por dois homens, com seis tiros, numa emboscada, quando se dirigia a uma reunião de agricultores em Anapu, em 12 de fevereiro de 2005. A missionária norte-americana possuía cidadania brasileira e era agente da Comissão Pastoral da Terra.

Matéria da Folha de São Paulo narra que a missionária, que defendia Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na região, chegou a mostrar a Bíblia para os seus agressores ao ser questionada se estava armada. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos”, leu Dorothy Stang a seus matadores antes de ser alvejada, diz trecho da reportagem.

A polícia prendeu uma semana após o assassinato os pistoleiros Rayfran e Clodoaldo, que confessaram e apontaram os fazendeiros Vitalmiro de Bastos de Moura (Bida) e Regivaldo Galvão (Taradão) como mandantes, e Amair Feijoli da Cunha (Tato) como intermediário.

### **Histórico de atuação**

Em junho de 2021 foi realizado encontro, chamado pela Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com o objetivo de coibir as violações à Terra Indígena de Munduruku por garimpeiros e as ameaças aos defensores de direitos humanos no contexto de conflitos agrários nas regiões de Anapu, Altamira, Novo Progresso e distrito de Castelo dos Sonhos, no Pará. A reunião contou com a participação de Jan Jarab, representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Entre os encaminhamentos da reunião realizados está o pedido de garantia da participação das organizações da sociedade civil e movimentos sociais na gestão e operacionalização do programa de proteção de defensores de direitos humanos (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará) e o pedido de proteção, à SEJUDH e à Secretaria de Segurança, de Erasmo Alves, de Vanusa Cardoso e de Maria Márcia, ameaçados de morte.

Sugeriu-se ainda que o Ministério Público Federal atuasse na reparação e na criação de um gabinete interinstitucional de crise sobre a questão do garimpo em terras indígenas, composto pela Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e FUNAI, para acompanhar



o caso de forma integrada e exigir a retirada de grileiros e efetivação das políticas públicas por parte do INCRA, IBAMA e FUNAI, além de fortalecer fórum permanente de acompanhamento da situação de violência no campo.

Área do Engenho Roncadorzinho será destinada à reforma agrária

*Edton Lima*



*Presidentes das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado em missão oficial para acompanhar as investigações do assassinato de Jonatas de Oliveira*

Decreto do dia 18 de agosto declara a área do Engenho Roncadorzinho, no município de Barreiros, em Pernambuco, como de interesse social, para fins de destinação para a reforma agrária. Ainda segundo o decreto, o Estado de Pernambuco, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado, promoverá desapropriação, de forma amigável ou judicial, podendo inclusive invocar o caráter de urgência no processo judicial, para fins de imissão de posse da área.

### **Histórico de conflitos na região**

No dia 10 de fevereiro, Jonatas de Oliveira Santos, de 9 anos, foi morto a tiros por homens encapuzados que invadiram a casa da família. O líder rural Geovane da Silva Santos, pai do menino, também foi baleado. Uma das suspeitas é que o crime esteja relacionado aos conflitos rurais que existem na região da mata sul em Pernambuco.

O então presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), e o senador Humberto Costa (PT/PE), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), estiveram em missão oficial no dia 18 de fevereiro com o objetivo de acompanhar as investigações do crime. Como resultado de missão oficial foi criada a Comissão de Acompanhamento de Conflitos Agrários (CEACA/PE).

Coordenada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJCDH), a Comissão (CEACA/PE) tem como objetivo contribuir com soluções efetivas e urgentes para cessão do título da terra às famílias de trabalhadores rurais e mitigação da violência no campo.

---

## Defensores de direitos humanos

---

### Presidente da CDHM questiona MMFDH sobre orçamento para proteção de defensores de direitos humanos

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), solicitou no dia 8 de dezembro à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, informações sobre o orçamento designado pelo ministérios para a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, ambientalistas e jornalistas ameaçados.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos encaminhou à Presidência da CDHM questionamentos a respeito dos recursos orçamentários disponibilizados pelo órgão para a proteção dessas pessoas.

Orlando Silva solicitou a série histórica, com informações desagregadas para cada um dos anos de 2016 a 2022, contendo os valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), o autorizado, o empenhado e o pago. O parlamentar solicitou ainda informações sobre a existência de valores bloqueados e/ou contingenciados em 2022 e os valores previstos para 2023, além dos totais destinados ao Programa Federal e a Programas Estaduais.

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) atua no atendimento e acompanhamento dos casos de risco e de ameaça de morte de defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas em todo território nacional.

No 4ª Ciclo da Revisão Periódica Universal o Brasil recebeu 24 recomendações a respeito da proteção de defensores de direitos humanos.

### Presidente da CDHM demanda investigação de morte de militante do MST no Tocantins



*Raimundo Nonato Oliveira, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*

O deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) demandou, no dia 19 de dezembro, ao governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa Castro, e ao Procurador-Geral de Justiça, Luciano César Casaroti, a apuração da morte de Raimundo Nonato Oliveira, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no município de Araguatins, no Tocantins. Raimundo tinha 46 anos e era pai de três filhos.

O deputado Célio Moura (PT/TO) e a deputada Vivi Reis (PSOL/PA) comunicaram à Presidência da CDHM o assassinato de Raimundo Nonato, conhecido por Cacheado.

Segundo notícia do Portal da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Superior), a morte teria ocorrido no dia 13 de dezembro, quando homens encapuzados teriam invadido a casa da vítima e a executado com tiros. Publicação do portal G1 diz que Raimundo Nonato foi morto enquanto dormia com a namorada e que o militante não resistiu aos ferimentos e morreu no local.

“Raimundo sofreu várias ameaças durante a vida e também perdeu o pai de forma violenta, um dos motivos que o levou a entrar na luta por moradias populares”, diz trecho de outra reportagem do portal G1 sobre o assassinato.

“Tanto o Movimento como o próprio Cacheado sempre foram criminalizados e perseguidos pelos latifundiários, grandes grileiros de terras públicas na região do Bico do Papagaio. Estes, por diversas vezes, entre os anos de 2000 e 2015, tentaram assassinar Cacheado. Porém, ele conseguiu sobreviver às tentativas”, afirmou o MST em nota.

Orlando Silva reforçou que Declaração da ONU sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Defensores de Direitos Humanos) afirma que todas as pessoas têm o direito, individualmente e em associação com outras, de promover e lutar pela proteção e realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a nível nacional e internacional. E que, de acordo com o instrumento internacional, o Estado deverá adotar todas as medidas adequadas para garantir que as autoridades competentes protejam todas as pessoas defensoras de direitos humanos.



---

## Povos indígenas

---

### Presidência da CDHM solicita providência sobre morte de criança Yanomami

*Júnior Hekurari/Divulgação*



*Comunidade Aracaá, na Terra Yanomami*

A Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados encaminhou solicitação de informações e providências sobre o caso da morte da menina Yanomami, de 12 anos.

De acordo com reportagens e denúncia da comunidade, ela teria morrido em decorrência de estupro no dia 25/4, na comunidade Aracaá, região dos Waikás/Palimiú, município de Amajari, uma das mais atingidas pela invasão de mineradores ilegais. Outra criança Yanomami, de três anos, também teria desaparecido, ao cair no rio Uraricoera, quando a comunidade estaria sofrendo um ataque pelos garimpeiros.

Orlando Silva (PC do B/SP) acionou o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a FUNAI.

Em maio de 2021 o Ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, deferiu cautelar na ADPF 709 “para determinar à União a adoção imediata de todas as medidas necessárias à proteção da vida, da saúde e da segurança das populações indígenas que habitam as TIs Yanomami e Mundurucu, diante da ameaça de ataques violentos e da presença de invasores, devendo destacar todo o efetivo necessário a tal fim e permanecer no local enquanto presente tal risco”.

A Presidência da CDHM e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas haviam solicitado medidas ao STF e ao governo.

## ONU manifesta preocupação com projeto de mineração em terras indígenas

*Divulgação - Polícia Federal*



A ONU manifestou preocupação com pontos do Projeto de Lei 191/2020, que visa regulamentar os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal. O documento enviado aborda os possíveis impactos advindos da aprovação do PL, que visa estabelecer condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais



e hidrocarbonetos, e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e instituir a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

O documento, enviado ao Presidente da CDHM, Deputado Orlando Silva (PC do B-AP), pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, aborda eventuais efeitos adversos sobre meio ambiente em geral, água potável e saneamento, saúde pública, moradias e direitos dos povos indígenas.

O texto da carta é firmado por: Elzbieta Karska, Presidente-Relatora do Grupo de Trabalho sobre direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas; Saad Alfarargi, Relator Especial sobre direito ao desenvolvimento; David R. Boyd, Relator Especial sobre obrigações de direitos humanos relacionadas ao usufruto de meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; Tlaleng Mofokeng, Relator Especial sobre direito ao usufruto do maior padrão alcançável de saúde mental e física; José Francisco Cali Tzay, Relator Especial sobre direitos dos povos indígenas; e Marcos A. Orellana, Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos de gerenciamento e disposição de substâncias e resíduos perigosos de modo ambientalmente adequado.

Os mandatários afirmam que o projeto de lei "não encoraja o respeito pelos direitos humanos por parte da comunidade empresarial", por não incentivar ou exigir que as empresas realizem a devida diligência nem respeitem os direitos dos povos indígenas, camponeses e comunidades locais em suas operações.

Para os signatários, a proposta apenas estabelece que as empresas interessadas devem realizar um estudo técnico prévio para avaliar os impactos potenciais nas terras indígenas, sem qualquer menção sobre o que deve ser incluído neste estudo, em especial no que diz respeito à identificação, prevenção e mitigação de quaisquer impactos negativos sobre direitos humanos e meio ambiente (artigo 5º). Além disso, pontuam, o texto isenta de estudo técnico as atividades que tenham sido aprovadas antes do término do processo de demarcação de terras (artigo 37).

Como resultado, argumentam, esta iniciativa contraria as iniciativas para uma conduta empresarial responsável que respeite os direitos humanos e o ambiente, nomeadamente o plano de ação nacional sobre empresas e direitos humanos, o plano de ação nacional sobre conduta empresarial responsável, o princípio central do acordo comercial do Mercosul e as condições para aderir à OCDE.

Texto: Victor Oliveira

## ACNUDH manifesta-se contra retirada do Brasil da Convenção 169 da OIT

*Pablo Valadares/Câmara dos Deputados*



*Lideranças indígenas manifestam-se Brasília, em 19/06/2021*

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) remeteu, ao Presidente da CDHM, Orlando Silva (PC do B/SP), opinião técnica sobre o Projeto de Decreto Legislativo 177/2021, que tem como objetivo autorizar a retirada do Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Convenção 169, conforme expressa o ACNUDH, é um importante mecanismo de garantia de direitos humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. A Convenção reafirma o direito de autodeterminação dos povos, assegurando que seus direitos humanos devem ser respeitados com especial atenção a suas formas de vida originárias. A Convenção estabelece obrigações o direito a consulta prévia, livre e informada (artigo 6); o direito tradicional de posse da terra (artigo 14); além do direito à vida, segurança e integridade física (artigo 2); entre outros.

O Representante Regional do ACNUDH, Jan Jarab, ao encaminhar o documento, lembrou que os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas têm reiteradamente afirmado preocupação com a situação dos povos indígenas no Brasil e emitido várias recomendações. Jarab reafirmou o posicionamento já expressado pela Alta Comissária para os Direitos

Humanos no sentido de solicitar ao Estado brasileiro que não denuncie a Convenção 169 da OIT.

O parecer, assinado pela advogada e subprocuradora-geral da República aposentada Deborah Duprat, foi solicitado em março pelo então Presidente da CDHM, Deputado Carlos Veras (PT/PE).

Duprat aponta que a exposição de motivos do PDL 177/2021 conta com um fundamento jurídico central: a suficiência da disciplina interna a respeito dos direitos dos povos indígenas, materializada no art. 231 da Constituição brasileira de 1988.

A jurista pontua, porém, que em matéria de direitos humanos todos os instrumentos de proteção, nacionais e internacionais, devem estar orientados em benefício das vítimas e com vistas a ampliar, e não restringir, “as possibilidades ou meios de proteção concebidos, aperfeiçoados e consagrados ao longo dos anos”.

A Convenção 169, conclui o parecer, é princípio central do regime universal de direitos humanos que estes se expandem, sempre progressivamente, inclusive a sua disciplina legal. A” denúncia desse documento significaria infração ao princípio da proibição de retrocesso”.

## CIDH e ONU Direitos Humanos pedem proteção para os povos indígenas do Brasil contra a violência

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Escritório Regional na América do Sul da Alta Comissariada da ONU para Direitos Humanos reiteram sua grande preocupação com a série de ataques, ameaças e intimidações relatadas por vários povos indígenas no Brasil. Ambas as entidades exortam o Estado brasileiro a investigar e sancionar esses casos com a devida diligência, bem como a implementar medidas urgentes e eficazes para proteger a vida e a integridade, tanto daqueles que fazem parte desses povos quanto dos que defendem seus direitos.

De acordo com informações coletadas pela ONU Direitos Humanos, com base em informações fornecidas por organizações da sociedade civil, ao menos seis indígenas foram mortos no país do início do ano até agora, número que supera as 4 mortes registradas em todo o ano de 2021.

Em 24 de junho de 2022, duas comunidades indígenas Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, foram vítimas de ataques armados por grupos formados por policiais militares e pessoas civis. Ambas assituações ocorreram no âmbito de processos de despejo de pessoas indígenas de terras que as comunidades Guarani e Kaiowá reivindicam como ancestrais. Durante as diferentes operações, agentes dispararam do chão e também de um helicóptero, o que teria

resultado em um indígena morto e mais de 10 feridos – incluindo mulheres e crianças. As operações teriam sido realizadas sem autorização judicial e em desacordo com o estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, que que proibiu os despejos forçados em todo o país até o dia 31 de outubro.

Por sua vez, no dia 15 de junho, se teve relatos de que um indígena de 61 anos foi espancado até a morte por policiais militares de Pernambuco depois de ser acusado de portar uma arma, o que constituiria em um caso de uso excessivo de força por agentes do Estado.

A CIDH e o Escritório Regional de Direitos Humanos da ONU observam com preocupação o envolvimento das forças policiais em diversos casos de violência contra os povos indígenas no Brasil, e exortam o Estado a erradicar a discriminação e o perfilamento racial das forças de segurança. As duas organizações também pedem às autoridades uma investigação rápida sobre alegações de que policiais estão agindo ao lado de proprietários privados contra povos indígenas que reivindicam terras ancestrais.

O relatório da CIDH sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil confirma a grave situação humanitária dos povos Guarani e Kaiowá devido à violação de seus direitos territoriais e aos ataques que sofreram no contexto da defesa de seus direitos. No documento, a Comissão observou que os principais problemas relacionados à defesa territorial e ambiental são intimidação, ameaças, ataques e criminalização contra defensores, lideranças e comunidades indígenas.

Esse problema também pode ser observado nas medidas cautelares concedidas pela CIDH em favor dos povos indígenas Guajajara, Awá, Munduruku, Yanomami e Ye'kwana, que solicitaram ao Estado do Brasil que adote as medidas necessárias para proteger os direitos à saúde, à vida e à integridade pessoal de seus membros no contexto da pandemia como resultado da presença de pessoas não autorizadas explorando recursos naturais em seus territórios. Além disso, dada a persistência e o agravamento desta situação, a Comissão pediu à Corte Interamericana de Direitos Humanos medidas provisórias para os povos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku.

Nesse contexto de hostilidades contra os direitos dos povos indígenas, vale lembrar o brutal assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, ocorrido no início do mês junho na Amazônia brasileira. Defensores proeminentes dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente, ambos foram mortos enquanto se dirigiam a uma comunidade indígena como parte de uma investigação sobre os impactos da mineração ilegal e outras atividades ilícitas perpetradas por grupos armados no Vale do Javari, estado do Amazonas.

Casos desse tipo destacam a vulnerabilidade das pessoas que defendem os direitos dos povos indígenas e do meio ambiente no país. Sobre isso, o Estado do Brasil informou que reconhece e valoriza o papel das pessoas defensoras de direitos humanos, inclusive aqueles exercidos por indígenas, e tem aplicado medidas de proteção a mais de 540 pessoas defensoras em todo o país, incluindo uma pessoa Yanomami e três lideranças Munduruku.

A Comissão e o Escritório Regional de Direitos Humanos da ONU reiteram que o Estado deve realizar processos de investigação, sanção e reparação em relação a eventos de ameaças, ataques e violência contra membros de povos indígenas, causados por agentes estatais ou privados em decorrência de atividades territoriais e de defesa ambiental por parte dos povos indígenas.

Também insistem no dever do Estado de proteger a integridade dos indivíduos e grupos que defendem os direitos humanos dos povos indígenas e do meio ambiente. A respeito, o Estado informou que vê com seriedade denúncias de atos de violência contra os povos indígenas e, com isso, impulsa procedimentos de investigação e sanciona às pessoas autoras nos casos denunciados. Explicou ainda que as políticas de segurança são da responsabilidade dos estados federados e que, quando necessário e em coordenação com as autoridades locais, as forças federais podem ser mobilizadas, particularmente a Força Nacional de Segurança e a Polícia Federal.

Ao mesmo tempo, recordam a importância de agilizar a resolução de pedidos de delimitação, demarcação e titulação de terras e territórios tradicionais de acordo com as normas internacionais e interamericanas. Nesse sentido, exortam Brasil a adotar todas as medidas necessárias para rever e modificar disposições em ordens ou diretrizes judiciais, como a tese legal do “marco temporal”, incompatíveis com as obrigações internacionais do Estado de garantir e proteger os direitos territoriais dos povos indígenas.

O Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ONU) é a principal entidade das Nações Unidas no campo dos direitos humanos. A Assembleia Geral confiou ao Alto Comissário e ao seu Gabinete a missão de promover e proteger todos os direitos humanos de todas as pessoas. Os Direitos Humanos da ONU prestam assistência sob a forma de conhecimento técnico e capacitação para apoiar a implementação de normas internacionais de direitos humanos no terreno. Os Direitos Humanos da ONU ajudam os governos, que têm a responsabilidade primária de proteger os direitos humanos, a cumprir suas obrigações e apoiar indivíduos na reivindicação de seus direitos. Também denuncia objetivamente as violações dos direitos humanos.

A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato decorre da Carta da OEA e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Comissão Interamericana tem o mandato de promover a observância e defesa dos direitos humanos na região e atua como órgão consultivo da OEA sobre o assunto. A CIDH é composta por sete membros independentes que são eleitos pela Assembleia Geral da OEA em sua capacidade pessoal, e não representam seus países de origem ou residência.

A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge a partir da Carta da OEA e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Comissão Interamericana tem como mandato promover a observância e defesa dos direitos humanos na região e atua como órgão consultivo da OEA na temática. A CIDH é composta por

sete membros independentes, que são eleitos pela Assembleia Geral da OEA a título pessoal, sem representarem seus países de origem ou de residência.

Texto: ACNUDH/Rosa

## Comissão aprova projeto que simplifica inclusão de etnia indígena em certidões e carteira de identidade

A CDHM aprovou projeto de lei que altera a Lei de Registros Públicos e a Lei da Carteira de Identidade para facultar ao indígena a indicação de povo ou etnia e comunidade ou aldeia em certidões de nascimento, casamento e óbito e na carteira de identidade.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pela relatora, deputada Joenia Wapichana (Rede/RR), ao Projeto de Lei 6009/19, já aprovado pelo Senado. Pelo substitutivo, o interessado poderá requerer a inclusão das informações, bastando a autodeclaração ou uma declaração de pertencimento expedida por lideranças indígenas. Atualmente, é necessário o Registro Administrativo de Nascimento Indígena, expedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

“A população indígena do Brasil é estimada em 900 mil pessoas, disposta em 305 etnias que falam cerca de 270 línguas”, informou Joenia Wapichana, com base em dados de 2010.

Autor do projeto, o senador Telmário Mota (Pros/RR) argumenta que o reconhecimento e o prestígio aos costumes e tradições das comunidades indígenas são mandamentos constitucionais. A proposta, segundo ele, corrige “um grande aborrecimento cotidiano” dos indígenas.

Texto: Ralph Machado

## Comissões visitam comunidade ianomâmi em Roraima





*Vista aérea de uma reserva ianomâmi em Roraima*

A CDHM realizou nos dias 11 e 12 de maio diligência na comunidade ianomâmi em Boa Vista (RR). Os parlamentares ouviram indígenas e autoridades sobre o estupro e a morte de uma menina ianomâmi de 12 anos de idade, na região de Waikás, em abril.

A visita foi realizada em conjunto com comissão externa criada para fazer um diagnóstico sobre a violência sofrida por mulheres e crianças na terra indígena ianomâmi e acompanhar a implementação de soluções por parte do poder público.

O caso, que teve repercussão nacional, ainda está sob investigação policial, mas a coordenadora da comissão, deputada Joenia Wapichana (Rede/RR), lembrou que a terra indígena ianomâmi, a maior do País, convive com histórico de invasões e violência praticadas por garimpeiros ilegais.

A situação dos ianomâmis também está sendo acompanhada por um grupo de trabalho criado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara.

Texto: Agência Câmara de Notícias

Comissões reúnem sugestões e cobranças às autoridades em busca do fim das ameaças aos ianomâmis

Representantes do Executivo e das Nações Unidas, além de procuradores e defensores públicos, apresentaram ações em curso e sugestões para acabar com a onda de ameaças à Terra Indígena Ianomâmi, alvo de garimpeiros ilegais, aliciamento sexual de mulheres e crianças e variadas formas de violência e doença.

O debate se deu em decorrência da diligência mencionada no tópico anterior, e ocorreu no dia 2 de junho em audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha a situação dos Ianomâmi na região Waiká, em Roraima.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



*Sotto Mayor lamentou o atraso das ações do governo federal na região*

Integrante do grupo de trabalho sobre comunidades indígenas na Defensoria Pública da União, Renan Sotto Mayor lamentou que as ações do governo federal na região estejam atrasadas e só tenham ocorrido após ações civis públicas e decisões judiciais. Uma delas é a ADPF 709, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, acatada pelo Supremo Tribunal Federal para obrigar a União a cessar crimes, investigar delitos e introduzir políticas públicas em sete terras indígenas, entre elas a Ianomâmi.

“Em 2020, fizemos requerimento de medida cautelar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e é muito angustiante estarmos em junho de 2022 e realmente perceber a omissão do Estado brasileiro”, disse. “Por que existe a ADPF 709? É para buscar evitar a progressão do

genocídio que temos em curso no Brasil. O governo não precisaria de ADPF porque a garantia dos direitos dos povos indígenas é uma missão constitucional do Estado brasileiro", afirmou.

A cobrança aos órgãos do Executivo continuou com Jan Jarab, representante regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH).

"Os povos indígenas estão sob pressão porque suas terras e territórios – que, para eles, são fontes de sustento das comunidades, mas também elementos essenciais de espiritualidade e cosmovisão – são tratadas, por muitos atores da sociedade dominante, só como potenciais fontes de dinheiro e de mercadoria. Por todo o continente, estamos observando essa pressão das mineradoras, dos monocultivos e dos atores criminais", disse Jan Jarab.

A Terra Indígena Ianomâmi está homologada desde 1992 e abriga cerca de 27 mil indígenas em 366 aldeias. De forma geral, os órgãos federais citam dificuldades orçamentárias, de acesso e de logística para o pleno atendimento das necessidades da região. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) informou que mantém 37 polos e 77 unidades básicas (UBSI) em terras Ianomâmi.

Representante da Fundação Nacional do Índio (Funai), Geovanio Pantoja disse que, desde 2019, foram reativadas quatro bases de proteção no rio Mucajaí e na Serra da Estrutura. A quinta base está em fase de instalação no rio Uraricoera para ampliar a presença do Estado, sobretudo no combate emergencial ao garimpo ilegal.

"Desde janeiro, a equipe da Funai, juntamente com a Força Nacional, já ocupa a região. Está faltando estrutura física? Está. A gente está nesse processo de construção dessa base de proteção, mas a permanência do Estado está lá, na calha do rio", afirmou.

A Polícia Federal informou não ter estrutura nem atribuição constitucional para o policiamento ostensivo da Terra Indígena Ianomâmi. No entanto, é a instituição que investiga as violações ocorridas na região, que só tem acesso aéreo e fluvial.



*Joenia alertou para o aumento na incidência de doenças nas comunidades indígenas*

O delegado Paulo Oliveira lembrou que operações de 2018 retiraram mais de mil garimpeiros da região, mas não tiveram continuidade. Mesmo diante das dificuldades operacionais e de logística, a Polícia Federal conseguiu destruir ou apreender, do ano passado até agora, 31 acampamentos, 14 balsas, 14 mil litros de combustíveis, 4.250 Kg de mercúrio, quatro motosserras, três placas de energia solar e uma aeronave. Seis garimpeiros foram presos em flagrante.

Oliveira ressaltou que o garimpo em terras indígenas pode ser claramente tipificado como crime com base nas leis de crimes ambientais (Lei 9.605/98) e contra a ordem econômica (Lei 8.176/91). O delegado da Polícia Federal citou o plano de atuação para a região que, segundo ele, está sendo elaborado pela Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça (Seopi).

“Esse plano tem o enfoque não apenas do combate ao crime, que é a parte da Polícia Federal, mas principalmente de fazer presente essa estrutura estatal na Terra Indígena Ianomâmi”, explicou.

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar a denúncia de comércio de ouro por servidores públicos em troca de alimento e vacina para indígenas em terras Ianomâmi. No entanto, o delegado Paulo Oliveira informou que não houve confirmação do caso de estupro e morte de uma menina de 12 anos de idade na aldeia Arakaça, alvo de repercussão internacional.



Segundo ele, também não teria havido má-fé dos indígenas que denunciaram o caso, ainda em investigação.

O procurador federal Alisson Marugal informou que o Ministério Público também apura a denúncia. “Os fatos não foram confirmados. Houve provavelmente uma junção de narrativas de episódios anteriores”, acredita. “Porém, nós constatamos que há um processo de desestruturação social muito intenso e que a face mais perversa desse processo é justamente a exploração sexual das mulheres da comunidade de Arakaça, inclusive com relatos de suicídio de mulheres que foram exploradas. Isso ainda está em investigação, e o Ministério Público conduz uma investigação paralela à da Polícia Federal.”

Marugal sugeriu que, entre as estratégias de superação da série de ameaças aos lanomâmi, seja incluída a disseminação da educação indígena para fortalecer os territórios étnico-educacionais, ampliar a conhecimento da cultura local e formar novas lideranças indígenas.

Coordenadora da comissão externa da Câmara e da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) também quer garantir segurança alimentar e de saúde, sobretudo diante do aumento dos casos de subnutrição e várias doenças nessas comunidades.

“É uma obrigação nossa de fazer essa fiscalização em relação às ações do Executivo. Ninguém pode banalizar a situação de se ver morte de indígenas: não é natural isso, nem em consequência do garimpo nem em relação à violência. Também estou solicitando uma audiência com o ministro da Justiça para ver em que a gente pode auxiliar nessa questão, já que também é uma responsabilidade nossa como Parlamento brasileiro”, disse a deputada.

Reportagem - José Carlos Oliveira

## Comissões debatem dez anos da política de gestão de terras indígenas

As comissões de Direitos Humanos e Minorias, e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados realizaram audiência conjunta no dia 9 de junho para debater os avanços e desafios dos dez anos de implementação da política de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, instituída em 5 de junho de 2012.

Os deputados Joenia Wapichana (Rede-RR) e Túlio Gadêlha (Rede-PE), que apresentaram o requerimento para realização da audiência, afirmaram que, apesar do grande avanço consignado na Constituição Cidadã de 1988, "o País ainda não foi capaz de proporcionar aos povos indígenas nativos de seu território condições de gestão territorial e ambiental consequentes com a importância desses territórios para a conservação do meio ambiente mundial e para a dignidade da vida e enfrentamento das violações ambientais".

Para eles, a gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas não apenas viabiliza a proteção dessas áreas de acordo com as especificidades socioculturais de cada um dos povos, mas também assume grande importância para o País e o mundo diante das aceleradas mudanças climáticas em curso.

Os parlamentares lembraram que o PL 4347/21, que propõe lei para a regulamentação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, instituída em 2012 por decreto, está em debate na Câmara dos Deputados. A proposta, segundo eles, pode "garantir maior segurança jurídica e impulsionar a execução da importante política pública para os povos indígenas do Brasil".

"Após dez anos de sua assinatura, consideramos de fundamental importância a reflexão sobre os avanços conquistados nesse período e os desafios para os próximos dez anos, tendo em vista que as terras indígenas são cruciais para a defesa dos direitos desses povos, para a preservação do meio ambiente e para a implementação dessa importante política pública do estado brasileiro, construída de forma participativa e com consulta a mais de 1.200 representantes indígenas de todo o Brasil", avaliam Joenia Wapichana e Túlio Gadelha.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Povos indígenas demandaram retomada de política de gestão de território

Mais de 50 organizações indígenas e ambientais apresentaram manifesto pela retomada da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O documento, elaborado em seminário em Brasília, também foi entregue no dia 9 de junho aos deputados das comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

A PNGATI foi instituída por decreto em 2012, mas já existe projeto de lei (PL 4347/21) para tornar a política permanente. A ideia é promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas.

Pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Francisco Apurinã disse que mais de 150 projetos de gestão desenvolvidos nos últimos dez anos estão parados.

Membro do Conselho Indígena de Roraima, Jéssica Wapichana disse que o comitê gestor da PNGATI foi extinto no atual governo, bem como os conselhos que tinham a participação dos povos indígenas. Segundo ela, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem privilegiado parcerias em projetos agrícolas. Lindomar Terena, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, também citou a necessidade de mais participação.

“Que nós possamos pedir a imediata recomposição de todas as instâncias de consulta que foram destituídas por este governo. Como é que um governante apresenta as suas políticas públicas para a sociedade e para os povos indígenas sem ser consultado aquele povo? ”, disse.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



*Jéssica Wapichana: Funai tem privilegiado parcerias em projetos agrícolas*

Autora do projeto sobre a normatização em lei da PNGATI, a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) disse que a gestão das terras também favorece a segurança. Ela lembrou o recente desaparecimento do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira no Amazonas.

“Imagina quantas pessoas já não desapareceram ali? Quantas denúncias acumuladas pela Univaja já foram encaminhadas em relação a essa desproteção? Não somente no Vale do Javari, mas em outros locais. Quantas de nossas lideranças são ameaçadas todos os dias por invasores, garimpeiros ilegais, madeireiros, narcotraficantes?”, questionou a deputada.

Os participantes do debate na Câmara também afirmaram que não existem recursos orçamentários mínimos para a execução dos projetos de gestão, embora vários organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento apoiem a política.

Texto: Sílvia Mugnatto



## Presidente da CDHM aciona órgãos para apurar desaparecimento de indigenista e jornalista

*Divulgação*



*Cartaz sobre o desaparecimento do jornalista Dom Phillips (E) e do indigenista Bruno Pereira*

O deputado Orlando Silva demandou no dia 8 de junho providências urgentes ao ministro de Estado da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, sobre o desaparecimento de indigenista da FUNAI e de jornalista no Vale do Javari, no Amazonas.

Também foram solicitadas providências ao Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, ao Procurador-Geral da República, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Governador e ao Secretário de Segurança Pública do Amazonas e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Segundo o divulgado na imprensa, o alerta sobre o desaparecimento partiu da organização indígena Unijava, na última segunda-feira (6). A dupla desapareceu quando fazia o trajeto entre a comunidade ribeirinha São Rafael até a cidade de Atalaia do Norte. Segundo reportagens, Bruno Araújo era alvo constante de ameaças.

O presidente da CDHM apontou que apesar de o Vale do Javari ser terra indígena demarcada, a área sofre com intenso processo de invasão por madeireiros, garimpeiros e pescadores.

O parlamentar demandou a adoção de providências urgentes a fim de que o desaparecimento de Bruno da Cunha Araújo Pereira e Dom Phillips seja devidamente investigado, e reforçou que quanto maior a celeridade na investigação de um desaparecimento, maiores as chances de sucesso.

## Deputados questionam Ministro em audiência pública

Anderson Torres, Ministro da Justiça, em audiência pública por solicitação de deputados das comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, do dia 15 de junho, negou relaxamento de fiscalização na Amazônia.

Apesar de ter sido convidado para falar do caso do assassinato de Genivaldo Jesus dos Santos, ele não pode fugir do tema que tem sido destaque no noticiário mundial: o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do repórter e ativista inglês Dom Phillips, no Vale do Javari, uma área isolada na Amazônia.

A deputada Erika Kokay (PT/DF) questionou o ministro da Justiça sobre o que chama de desmonte dos órgãos de fiscalização na área indígena, que teria sido uma das causas do aumento da violência na região. "Nós temos uma série de denúncias de que a tragédia que atingiu Dom e Bruno e que atingiu cada uma e cada um de nós, que atingiu a democracia, que atingiu a cidadania neste País, era uma tragédia anunciada", lamentou.

Anderson Torres argumentou que a violência na região sempre existiu ao longo da história e negou que tenha havido um relaxamento nas ações de fiscalização. Torres garantiu ainda que o governo vem fazendo o que pode para descobrir o que aconteceu com Bruno Pereira e Dom Phillips. "Desde o primeiro momento, tudo que podia ser feito, nós fizemos. Nós estamos com a Marinha, com a Polícia Federal, com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros Militar, com a Funai, todos estão trabalhando na região para localizar os dois desaparecidos", declarou.

Durante a audiência, órgãos de imprensa noticiaram que dois suspeitos presos por causa do desaparecimento confessaram à polícia que haviam assassinado o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips.

## Servidores da Funai reivindicaram investigação de assassinatos e segurança para o exercício da profissão



Desde o desaparecimento de Bruno Araújo, indigenista licenciado da Funai (Fundação Nacional do Índio), e de Dom Phillips, jornalista, na região do Vale do Javari (AM), servidores do órgão fortaleceram uma mobilização a respeito das dificuldades enfrentadas na execução da política indigenista.

Para tratar da agenda proposta por esses trabalhadores, uma comitiva de representantes reuniu-se no dia 12 de julho com o Ministro da Justiça e da Segurança Pública em Exercício, Antonio Ramirez Lorenzo, Secretário-Executivo da pasta. Participaram integrantes da INA (Indigenistas Associados), do SINDSEP-DF (Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF), da ANSEF (Associação Nacional de Servidores da Funai) e da CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal).

Também participou o Deputado Orlando Silva (PC do B/SP), que solicitou o encontro. O parlamentar ressaltou a importância de se garantir que servidores tenham as condições para cumprir a missão institucional da Funai.

As reivindicações sobre a estruturação da carreira e condições de trabalho, bem como por mudanças na condução da política indigenista, haviam sido formalizadas à Funai em 6 de dezembro de 2021 pela CONDSEF. Lorenzo, por sua vez, pontou que já existia um diálogo aberto entre servidores da Fundação e o MJSP desde 13 de junho de 2022 – oito dias depois do desaparecimento de Bruno e Dom, data na qual o movimento de servidores passou a demandar audiência para tratar da pauta de reivindicações.

## **Vale do Javari e segurança dos trabalhadores**

O primeiro ponto apresentado pelos servidores foi a respeito da investigação dos homicídios de Bruno e Dom, e também de Maxciel Pereira dos Santos, agente público da Funai que atuava na Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari. Maxciel foi assassinado em setembro de 2019 com dois tiros na nuca, na cidade de Tabatinga (AM). O crime permanece sem esclarecimento até hoje e, em decorrência dos últimos assassinatos, a investigação foi reaberta pela Polícia Federal.

Os indigenistas reivindicaram ainda, em caráter emergencial, a presença de forças de segurança pública para proteção dos trabalhadores e dos povos indígenas da região do Vale do Javari, que conta com duas Coordenações Regionais, em Atalaia do Norte e em Tabatinga, e com quatro Bases de Proteção Etnoambiental.

O Secretário-Executivo do MJSP respondeu que o efetivo da Força Nacional de Segurança está sendo equacionado para atender à demanda, e que mais agentes devem chegar à região nos próximos dias. Os servidores pontuaram a importância de que os pedidos de atuação da Força Nacional sejam despachados com agilidade pelo Ministério.

Também no que diz respeito à segurança, pontuou-se que a situação de vulnerabilidade a que estão expostos os servidores ocorre em outras regiões do país. É o caso relatado de duas funcionárias que, no mês de maio, ao retornarem de agenda de gestão ambiental, acompanhadas apenas de barqueiro, foram atacadas por “piratas” armados no rio Solimões, próximo à cidade de Tefé (AM). Situações análogas são relatadas no Mato Grosso, Maranhão, Roraima, Rondônia, dentre outros.

A comitiva registrou, igualmente, a vulnerabilidade em que se encontram os povos indígenas, com ataques recentes aos Kaiowa e Guarani, aos Yanomami e aos Pataxó no sul da Bahia.

## **Operações de fiscalização**

Operações de fiscalização destinam-se a coibir ilícitos ambientais, garantir proteção dos povos indígenas e também do usufruto exclusivo dos seus recursos naturais.

Os servidores sustentaram que o Ministério da Justiça possui um papel fundamental na construção e execução dessas ações, inclusive para a articulação de diversos órgãos que as viabilizem, particularmente no Vale do Javari.

Lorenzo, em resposta, pontuou a importância dos serviços de inteligência e da integração interinstitucional através de um planejamento conjunto. Propôs que as ações de fiscalização no Vale do Javari sejam concebidas nesse modelo, a ser seguido em outros casos.

## **Política indigenista e carreira**

A missão institucional da Funai consistente na proteção e promoção dos direitos dos Povos Indígenas no Brasil, em nome da União, e encontra-se ancorada nos princípios de reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos Povos Indígenas; no respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações; na garantia ao direito originário, à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes; na garantia da proteção e da conservação do meio ambiente nas Terras Indígenas; na garantia da promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos Povos Indígenas; e na garantia da participação dos Povos Indígenas e de suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito. Esses são princípios listados no seu Regimento Interno.

Diante disso, entendendo que essa missão vem sendo prejudicada, os servidores reivindicam a troca de comando do órgão, assim como recomendou o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

A comitiva denunciou, além disso, a situação dos funcionários que, relatam, vem sendo criminalizados, perseguidos, assediados e que operam em situação de insegurança, o que os impede, argumentam, de trabalhar no sentido do cumprimento dessa missão institucional.

Os trabalhadores reivindicam, por outro lado, aprovação do plano de carreira para a categoria, recomposição salarial, realização de concurso público e pautas mais específicas como isonomia no pagamento de diárias.

O Secretário-Executivo do MJSP comprometeu-se a estudar os pareceres jurídicos emitidos a respeito do pagamento de diárias, e também a dar andamento às tratativas sobre o plano de carreira – nesse último ponto, com a ressalva de que não pode haver aumento orçamentário no atual exercício.

Lorenzo relatou que existe compromisso de tentar viabilizar concurso público para a Funai ainda em 2022. Sobre essa sinalização, que consideram um avanço, os servidores ponderaram que a taxa de evasão dos quadros da Funai é alta, por conta da questão salarial, da falta de condições adequadas de trabalho, da insegurança e do assédio a que estão submetidos, razão pela qual apontam que por si só o concurso não eliminaria o déficit de pessoal.

Lorenzo afirmou estar atento às questões que envolvem a Funai, seus servidores e a política indigenista. Os participantes reconheceram a importância do espaço de diálogo aberto e solicitaram a manutenção de reuniões constantes entre a categoria, a Funai e o MJSP, no sentido de avançar na resolução das questões apresentadas.

Texto: Marina Lacerda

## Indefinição sobre marco temporal abre brecha para perseguir lideranças indígenas, afirmam debatedores

O adiamento, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), do julgamento a respeito da tese do marco temporal das terras indígenas, previsto para junho, abre brecha para o avanço de políticas que fragilizam territórios e incentivam conflitos e perseguição de lideranças indígenas. A avaliação foi do secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira. O julgamento, até o final de 2022, não fora retomado.

Antônio Eduardo participou no dia 23 de junho de audiência pública da CDHM que debateu os impactos da tese do marco temporal na vida dos povos indígenas.

O debate ocorreu no mesmo dia previsto para a retomada do julgamento. Mas o STF decidiu adiar a análise do caso.

A tese do marco temporal prevê que só devam ser demarcadas as terras ocupadas pelos povos indígenas até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Para Cerqueira de Oliveira, o tema deveria ser tratado como prioridade pelo STF. “O adiamento desse julgamento nos coloca uma responsabilidade muito grande no sentido da proteção da vida dos povos indígenas daqui por diante. Não sabemos o que vai acontecer até o final do ano. O governo trabalha já com a existência desse marco temporal e tem atuado efetivamente para fragilizar a proteção dos territórios e o usufruto exclusivo dos territórios indígenas no Brasil, incentivando o conflito e a perseguição de lideranças”, disse.

Segundo ele, hoje muitos dos territórios são assediados por “milícias armadas e narcogarimpeiros”, que colocam os povos em risco. Ele avalia que o adiamento da decisão por parte dos ministros também poderá incentivar o avanço de proposições legislativas para retirar direitos indígenas, como o Projeto de Lei 490/07, que busca consolidar em lei a tese do marco temporal, e o PL 191/20, que trata de mineração em terras indígenas.

A deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), que solicitou a audiência, lembrou que a decisão do STF, de repercussão geral, vai impactar a vida de todos os indígenas. O processo envolve o governo de Santa Catarina e indígenas do povo Xokleng, que reivindicam um território na região central do estado.

Segundo Joenia Wapichana, a tese do marco temporal vem deixando muitos indígenas em estado de vulnerabilidade.

“Esse argumento gerou uma série de proposições em relação ao direito da terra indígena, principalmente suspendendo a demarcação de terras indígenas, e tem sido utilizado pelo governo federal para travar o processo de demarcação, deixando muitos povos vivendo em situação de violência, ameaças, invasões territoriais e de extrema vulnerabilidade social e cultural”, disse a deputada.





*Joenia: marco temporal vem deixando indígenas em estado de vulnerabilidade*

Segundo o coordenador jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Luiz Eloy Terena, o direito dos povos originários à terra independe da demarcação.

“A terra indígena não passa a existir com a demarcação, ela já existe. O dever do Estado é apenas reconhecer administrativamente aquelas fronteiras. Tanto é que o efeito da portaria declaratória é declaratória e não constitutiva de direito. Isso o Supremo já falou em várias ocasiões”, disse.

O líder indígena Brasília Priprá Xokleng, de Santa Catarina, declarou a intenção de continuar lutando.

“Há 5 mil anos os povos indígenas moram aqui. E as pessoas que chegaram agora matam as comunidades, matam as crianças, acabam com o nosso rio, acabam com o nosso peixe, acabam com a nossa floresta. Temos certeza que vamos lutar. Dentro da legalidade e do respeito às pessoas, nós, povos indígenas, vamos lutar. Temos 500 anos lutando, mas pode esperar que nós estamos preparados para mil anos”, disse.

Segundo a jurista Déborah Duprat, ex-procuradora federal dos Direitos do Cidadão, seria “pouco razoável imaginar que uma Constituição que procura superar um projeto colonial permitisse que os povos originários ficassem numa situação de povos sem-terra”.



Ela também lembrou que o Brasil é signatário de acordos e convenções internacionais na área de direitos humanos, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, cujo comitê de monitoramento estabelece que os países que não asseguram segurança territorial aos seus povos indígenas estão em situação de discriminação racial.

Texto: Paula Bittar

## Ataques contra indígenas no Mato Grosso do Sul

Orlando Silva (PC do B/SP), Presidente da CDHM, solicitou urgência nas providências investigativas sobre a agressão de policiais da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul contra indígenas da etnia Guarani e Kaiowá na manhã do dia 24 de maio, resultando no assassinato do indígena Vitor Fernandes, além de outros feridos por armas de fogo e projéteis de borracha.

Silva também pediu providências para investigar ação da PM ocorrida no mesmo dia, contra a Comunidade Kurupi/Santiago Kue. Segundo entidades, a Polícia Militar, juntamente com fazendeiros, atirou contra as famílias.

Foram demandados Ministério Público, Governo do Estado, Ministério da Justiça e Funai.

As denúncias foram transmitidas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e pela Grande Assembleia Aty Guasu Guarani e Kaiowá.

## Ataques armados a indígenas Pataxós, no extremo sul da Bahia



*Gustavo Silva da Conceição, de 14 anos, morto no último dia 3*

No dia 6 de setembro, o Mupoiba (Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia) e o Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA) denunciaram o recrudescimento de conflitos envolvendo indígenas Pataxó e grupos armados no extremo sul da Bahia.

De acordo com as denúncias, no sábado (3/9) um adolescente indígena de 14 anos morreu e outro da mesma idade ficou ferido, durante ataque no município de Prado, na região em que vive o povo Pataxó. Gustavo Silva Conceição e Pablo Yuri da Conceição foram as vítimas.

Após a morte de Gustavo, um grupo armado teria bloqueado quatro pontos de estradas; houve relatos de formação de barricadas e de tiroteio na região. O parlamentar e o Mupoiba denunciam que os ataques atingem a Ponta do Corumbau, região praiana de Prado, com alta concentração de turistas. Serviços básicos, a exemplo da passagem de ambulâncias estariam prejudicadas devido ao conflito instaurado.

Em diálogo no dia 8 de setembro do Deputado Orlando Silva (PC do B/SP), com o Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Anderson Torres, este último informou que já haviam sido abertos dois inquéritos apurando responsabilidades de atos violentos naquela região, e que foi aberto outro inquérito a partir da nova onda de violência.

Silva, transmitindo pedido formulado pelo Deputado Valmir Assunção, apelou para que unidades da Polícia Federal (PF) fossem ao local. Em resposta, Torres informou que não só a PF como a PRF (Polícia Rodoviária Federal) estão mobilizadas para impedir a ampliação do conflito.

## **Histórico**

No dia 19 de agosto, o Mupoiba havia denunciado que, desde junho, grupo de homens fortemente armados ameaçava o Povo Pataxó do extremo sul da Bahia, desde que cerca de 180 indígenas ocuparam área reivindicada por eles na Fazenda Brasília, situada no interior da Terra Indígena Barra Velha, no município de Porto Seguro.

O relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Barra Velha foi publicado do Diário Oficial da União em 2009.

De acordo com o Mupoiba, o grupo armado teria tentado, em julho, invadir a Aldeia Córrego da Cassiana; e, desde agosto fazendeiros e pistoleiros estariam cercado essa aldeia e também a comunidade Boca da Mata (ambas dentro da TI Barra Velha), impedindo a circulação dos indígenas para cidades vizinhas.

Em acirramento da tensão, em 17 de agosto, o grupo paramilitar teria invadido a Aldeia Boca da Mata, com disparos de armas de fogo.

Diante das denúncias, em 19 de agosto a Presidência da CDHM solicitou providências a autoridades públicas.

Mesmo depois disso, em 6 de setembro, o Mupoiba e o Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA) denunciaram o recrudescimento dos conflitos.

Além do pedido ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, a Presidência da CDHM solicitou providências à FUNAI (Fundação Nacional do Índio), à Polícia Federal, a diferentes órgãos do Governo da Bahia e aos Ministério Público Federal e Estadual.

A Polícia Civil do Estado da Bahia informou que foi instaurado inquérito policial para apuração do suposto confronto entre indígenas e seguranças armados.

A PF de Porto Seguro informou que instaurou realiza diligências no local para subsidiar as investigações policiais que estão em andamento, sendo o caso também acompanhado pelo Serviço de Repressão a Crimes contra Comunidades Indígenas da PF em Brasília.

## Ataques a indígenas em diferentes regiões do país

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), acionou no dia 27 de setembro a Secretaria de Meio Ambiente do Pará, o Ministério Público Federal, a FUNAI, o Ibama e a Polícia Federal com o objetivo de mitigar a violência contra indígenas Turiwara, em Tomé-Açú e Acará.

Segundo publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no último dia 24 de setembro ocorreu ataque de pistoleiros à comunidade indígena Ramal Braço Grande, da etnia Turiwara-Tembé, próxima à Vila Socorro. Durante o ataque, três indígenas do povo Turiwara teriam sido feridos por disparos de armas de fogo e um não indígena foi morto. Na madrugada do dia seguinte, o Centro Cultural da comunidade Ramal do Braço Grande teria sido alvo de incêndio criminoso com a intenção de intimidar o povo.

Em entrevista ao site Diário da Amazônia, uma liderança relatou que a comunidade busca reconhecimento pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e que este não teria sido o primeiro ataque sofrido pela comunidade, que estaria sofrendo violência por parte de seguranças de empresas privadas envolvidas na exploração de dendezais.

Ainda segundo a reportagem, o indígena baleado com maior gravidade no dia 24 já havia registrado boletim de ocorrência relatando um ataque de quatro homens mascarados, que teriam atirado contra um grupo de doze indígenas da comunidade Turiwara. A matéria narra ainda que nos últimos dois anos, especialmente, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas dos municípios da região têm denunciado ameaças e danos ambientais praticados por empresas produtoras de óleo de palma, que estariam instalando usinas e grandes plantações de palmeiras de dendê na localidade, inclusive em locais próximos às casas dos indígenas, e que teriam, ainda, cercado a Terra Indígena Turé/Mariquita.

## **MARANHÃO**

No dia 19 de setembro, foram solicitadas informações ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Miler Portela e Silva, sobre o homicídio do indígena Guajajara Antônio Cafeteiro Sousa Silva na estrada de acesso ao povoado Jiboia, nas proximidades da Terra Indígena Arariboia, no dia 11 de setembro.

Orlando Silva também solicitou informações ao Governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, sobre a apuração da morte do líder Sarapó Ka'apor na Terra Indígena Alto Turiaçu. Em reportagem publicada pelo site G1, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e familiares de Ka'apor afirmaram que suspeitam que o líder indígena tenha sido envenenado e demandaram a exumação do corpo. O corpo não teria sido periciado quando de sua morte, ocorrida em 14 de maio, no município de Centro do Guilherme, supostamente decorrente de um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

A denúncia, encaminhada pela deputada Vivi Reis (PSOL/PA), destaca que lideranças indígenas e representantes da Guarda de Autodefesa dos Ka'apor reclamam da morosidade na emissão do laudo de exumação.

## **BAHIA**

A Presidência da CDHM demandou ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Ricardo Cesar Mandarino Barretto, no dia 19 de setembro, esclarecimentos acerca da tramitação do inquérito policial instaurado para apurar as circunstâncias da morte do indígena Pataxó Vítor Braz de Souza, na cidade de Porto Seguro, ocorrido em 15 de março passado.

Orlando Silva demandou no dia 29 de junho ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, a investigação de caso de violência contra indígenas Pataxós no sul da Bahia.

O deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA) relatou à CDHM que no dia 26 de junho, fazendeiros, com apoio de homens portando armas que seriam de uso exclusivo da Polícia Militar, teriam retirado, à força, aproximadamente 100 indígenas Pataxós do local conhecido como “Fazenda Brasília”, dentro no Território Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, e que telefones celulares de lideranças indígenas teriam sido levados. Em vídeo anexado pelo parlamentar, gravado supostamente por fazendeiros, diz: “Daqui para frente vai ser assim: invadiu uma propriedade, todo mundo vai cair para cima”.

## **MATO GROSSO DO SUL**

Orlando Silva também demandou no dia 19 de setembro informações ao Secretário de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Antônio Carlos Videira, sobre a tramitação dos inquéritos policiais instaurados para apurar as circunstâncias das mortes de Ariane Oliveira Canteiro, em 2 de setembro, e Cleiton Isnard Daniel, possivelmente no dia 10 de agosto; ambos pertenciam à Aldeia Jaguapiru, em Dourados.

Também no Mato Grosso do Sul, a Presidência do colegiado demandou providências sobre o homicídio de indígena Vitorino Sanches, da Aldeia Amambai. O homicídio do líder guarani-kaiowá denunciado pelo Conselho teria ocorrido no último dia 13 de setembro, na zona urbana de Amambaí, Mato Grosso do Sul.

Matéria do jornal Folha de São Paulo lembra que Vitorino foi assassinado por pistoleiros, um mês e 13 dias depois de sofrer um ataque a balas na entrada da terra indígena da cidade no dia 1 de agosto. Ainda segundo a publicação, a Aty Guasu Guarani-Kaiowá, que representa os indígenas, foram disparados 35 tiros contra Sanches.

No dia 28 de junho, a Presidência do colegiado demandou ao Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul, Alexandre Magno, providências sobre suposto confronto entre Policiais Militares e indígenas Guarani Kaiowá em Amambaí (MS,) que teria resultado na morte de indígena Vito Fernandes, além de outros feridos por armas de fogo e projéteis de borracha.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Grande Assembleia Aty Guasu Guarani e Kaiowá, o confronto teria ocorrido após indígenas terem ocupado parte da fazenda Borda da Mata, inserida no território ancestral intitulado Tujury Guapo'y Mirin. As entidades alegam que a Polícia Militar promoveu ação ilegal de despejo, executada sem ordem judicial, e que as pessoas feridas atendidas no Hospital de Amambaí, após alta médica, teriam sendo presas.

Em 25 de maio, o presidente da CDHM demandou às autoridades de Mato Grosso do Sul agilidade na investigação do homicídio de Alex Recarte Vasques Lopes, de 18 anos, além da adoção das medidas para manter a paz social na região de Coronel Sapucaia.

Segundo reportagem do portal G1, após o assassinato, o corpo do jovem teria sido levado para o lado paraguaio da fronteira, que fica a menos de dez quilômetros dos limites da reserva indígena. Ainda segundo a matéria, o povo Guarani e Kaiowá chegou a ir até a propriedade rural, que seria o local onde Alex foi atingido pelos tiros, mas foi impedido por um bloqueio.

Lideranças da Grande Assembleia Aty Guasu Guarani e Kaiowá cobram agilidade nas investigações da morte de Alex Recarte Vasques Lopes, uma vez que temem que o homicídio continue impune, como os assassinatos dos indígenas Tekoha Kurusu Amba – Xurite, Ortiz e Oswaldo Lopes, entre os anos de 2007 e 2009, também na região.

## CDHM aprova emendas para saúde indígena

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou no dia 9 de novembro quatro propostas de emendas ao orçamento da União para o exercício de 2023. “As emendas aprovadas reforçam ações essenciais para contribuir com a garantia de direitos de populações que vêm vivenciando intensas violações de direitos, como os povos indígenas e as comunidades quilombolas”, apontou o deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

A primeira proposta aprovada destina R\$50 milhões ao Programa 1040 – Governança Fundiária (INCRA), para ação de Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas.

A segunda proposta aprovada aportou R\$100 milhões ao Programa: 5034 – Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos (Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos), que engloba ações voltadas para pessoas em situação de rua; para pessoas com deficiência e idosas; educação em direitos humanos; fortalecimento do pacto nacional de enfrentamento da LGBTfobia; combate ao trabalho escravo; combate à violência contra a mulher; entre outras.

O colegiado aprovou também o aporte de R\$200 milhões ao Programa 0617 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (FUNAI), fortalecendo a Ação 20UF, de

regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados.

As propostas foram realizadas pelos parlamentares Tereza Nelma (PSDB/AL), Helder Salomão (PT/ES), Carlos Veras (PT/PE), Padre João (PT/MG) e pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

A quarta proposta aprovada destina R\$150 milhões ao Programa 5022 da Fundação Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, voltada para Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena. A sugestão de emenda foi realizada pelos parlamentares Joênia Wapichana (Rede/RR), Padre João (PT/MG), Helder Salomão (PT/ES) e Carlos Veras (PT/PE) e pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.



---

## Saúde e alimentação

---

Para Fiocruz, falta transparência na divulgação de informações sobre agrotóxicos

*Elaine Menke/Câmara dos Deputados*



*Deputado Padre João PT - MG*

A CDHM ouviu, em 11 de maio, posições divergentes quanto ao uso de agrotóxicos no Brasil. Em audiência pública, no dia 11 de maio, para debater o impacto desses produtos na saúde da população, governo e empresas garantiram que estão dentro dos limites estabelecidos por lei, mas especialistas discordaram.

A representante do Ministério da Agricultura, Uellen Colatto, afirmou que a produção agrícola no Brasil atua de acordo com parâmetros do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes. “Os dados de monitoramento do ministério demonstram que os produtos vegetais coletados e analisados têm um alto grau de conformidade”, disse.

Mas, para o representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Luiz Cláudio Meirelles, os dados do ministério são questionáveis, uma vez que não há transparência na divulgação dos mesmos. “A gente tem visto que houve uma erosão naquelas estratégias que o Brasil vinha adotando de reavaliação dos agrotóxicos, de monitoramento de resíduos em alimentos e água, vigilância da saúde de populações expostas. Todos esses programas sofreram

enfraquecimento. E se a gente olhar também a fiscalização dos agrotóxicos, não encontra informação”, criticou.

Segundo Luiz Cláudio, o Brasil precisa investir em tecnologias agrícolas que diminuam o uso de agrotóxicos para seguir as orientações do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Enquanto isso não acontece, ele cobra das autoridades reforço na fiscalização e no controle do uso desses produtos para evitar danos à saúde da população.

### **Pulverização**

O representante da comunidade quilombola de Saco Barreiro, Wilton de Almeida, denunciou que a pulverização aérea de agrotóxicos está inviabilizando a vida das 17 famílias que ainda residem na região atualmente cercada por plantações de cana-de-açúcar da empresa Agropéu, no município de Pompéu, em Minas Gerais.

Já o representante da empresa na audiência, Jadir Oliveira, garantiu que as operações com agrotóxicos seguem as melhores regras de manejo da produção. Ele também informou que medidas de proteção dos quilombolas já estão sendo tomadas como a plantação de uma cortina verde que deve ser iniciada em duas semanas.

A procuradora federal Ana Paula Medeiros alertou para o fato de que, mesmo seguindo todas as orientações, a pulverização realizada por aviões tem um grau de impacto que varia de acordo com as condições climáticas. "Um estudo da Embrapa mostra que mesmo com equipamentos adequados e condições ambientais adequadas, o que não ocorre sempre, a deriva na aplicação aérea de agrotóxicos chega a 19% do volume pulverizado. Além disso, esses estudos demonstram que essa deriva chega a dezenas de quilômetros do alvo", destacou.

### **Custo**

O deputado Padre João (PT-MG), que sugeriu a audiência sobre o assunto, destacou o absurdo que está sendo praticado no campo com o aumento de 109% nos registros de agrotóxicos no Brasil. “Já que o pessoal do agronegócio talvez não consiga ter essa sensibilidade para perceber as mortes que estão acontecendo, as doenças, eles poderiam iniciar a reflexão pelo bolso, pelo custo de produção. 686.349 toneladas de agrotóxicos comercializadas em 2020. Olha o custo que é a produção”, criticou.

Texto: Karla Alessandra

## Pesquisadores criticam “apagão de dados” sobre saúde mental no País

*Billy Boss/Câmara dos Deputados*



*Lúcio Costa: menos CAPs foram implantados nos últimos quatro anos*

Pesquisadores ouvidos no dia 7 de julho pela CDHM apontaram um “apagão de dados” sobre a situação da saúde mental no País.

“Os dados consolidados mais recentes e publicados sobre saúde mental datam de 2015, o Saúde Mental em Dados [relatório publicado pelo Ministério da Saúde]”, afirmou Luciana Barrancos, do Instituto Cactus. Segundo ela, além de dados, faltam monitoramento e avaliação dos serviços prestados, transparência no uso de recursos públicos e incentivo a pesquisas no setor.

“De 2002 a 2020 foram financiados 6.500 projetos de pesquisa em saúde, totalizando R\$ 1,4 bilhão, mas em saúde mental especificamente foram apenas 249 projetos, ao custo de cerca de R\$ 27 milhões — menos do que 2% do total da pesquisa em saúde”, observou.

Pesquisador da organização Desinstitute, que atua pelo cuidado da saúde mental em liberdade, Lúcio Costa disse que, com a ausência do Ministério da Saúde, a instituição decidiu montar um painel com dados dos últimos 20 anos.

“É importante notar que os últimos quatro anos compõem o período com menos Caps [Centros de Atenção Psicossocial] implantados pelo governo federal desde 2004”, informou.

Os CAPs são serviços públicos de atendimento para pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo dependentes químicos de álcool e outras drogas.

Costa lamentou ainda a suspensão, pelo governo federal, do Programa Nacional de Avaliação das Instituições Psiquiátricas no Brasil. “Isso significa que o Ministério da Saúde desconhece a realidade das instituições psiquiátricas que ele decide financiar”, completou.

Assim como outros debatedores, ele criticou a decisão do governo de priorizar investimentos em hospitais psiquiátricos e em comunidades terapêuticas em prejuízo dos Caps.

### **Falta de transparência**

Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental, Leonardo Pinho disse que a falta de informações compromete a racionalidade dos investimentos no setor.

“Não podemos nos dar o luxo de pegar dinheiro público para passar para instituições privadas que operam sem nenhum critério. O que manda na destinação desses recursos é o lobby, é o interesse político e privado baseado no isolamento e na exclusão dos usuários e das usuárias”, afirmou.

O representante da Conectas Direitos Humanos, Maurício Fiore, criticou a falta de transparência na destinação de recursos para comunidades terapêuticas. “O tripé que sustenta a atuação delas é disciplina e trabalho combinados com religiosidade, espiritualidade e abstinência. Não há evidências na literatura internacional que sustentem a eficácia das comunidades terapêuticas em comparação a outras formas de tratamento”, disse.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), que propôs o debate, lamentou a falta de critérios objetivos do governo federal para a destinação de recursos para a saúde mental. “Não tem controle público nem padronização nem mecanismos de avaliação. Os recursos que vão para a comunidade terapêutica poderiam ir para rede de assistência psicossocial, na lógica de cuidado em liberdade, porque não se cuida se não for em liberdade”, afirmou a deputada.

### **Visão do governo**

Em resposta aos debatedores, o coordenador-geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Rafael Ribeiro, disse que o governo já está trabalhando em um painel com indicadores da saúde mental em parceria com a Universidade de Brasília. “É evidente que indicadores quantitativos são mais fáceis de serem criados, mas eu acho que tem como a gente caminhar também para indicadores de resultados”, informou.

Ele destacou ainda que, com a migração dos sistemas para o novo prontuário eletrônico do cidadão, será possível gerar mais dados tanto sobre os pacientes quando sobre a rede de atenção psicossocial, que, segundo ele, soma 2800 Caps e 224 unidades ambulatoriais.

Por fim, Ribeiro disse que o governo federal também está realizando um censo para avaliar a qualidade de toda a rede de atenção psicossocial, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele anunciou ainda um edital com R\$ 4 milhões para projetos de pesquisa em saúde mental.

Texto: Murilo Souza

## Reforma psiquiátrica

A CDHM promoveu, em 1º de dezembro, audiência pública sobre as políticas em defesa da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial no Brasil.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), que solicitou a realização do debate, afirma que as legislações que sustentam a Política de Atenção à Saúde Mental, como a Lei da Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Atenção Básica (Pnab - Portaria 2.436/17), vêm sendo atacadas.

"Desde 2016, as legislações vêm sendo alvo de severas e sistemáticas alterações pelo governo federal, as quais promovem mudanças na RAPS [Rede de Atenção Psicossocial] e na lógica do cuidado ofertado às pessoas que passam pela experiência do sofrimento psíquico ou problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.

Participaram do debate a Sra. Sandra Fagundes - Psicanalista, Mestre em Educação, ex-Secretária Estadual de Saúde de Porto Alegre, fundadora do fórum Gaúcho de Saúde Mental; Roque Júnior - Rede Nacional Internúcleos da Luta antimanicomial - RENILA; o Sr. André Ferreira - Movimento Nacional de Luta Antimanicomial - MNLA; a Sra. Fernanda Lou Sans Magano - Representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS; o Sr. Kledyson Oliveira – Representante do Movimento Nacional de Usuários da Luta Antimanicomial – MONULA; o Sr. Marcelo Kimati - Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental-ABRASME; a Sra. Lourdes Machado – Representante do Conselho Federal de Psicologia; e a Sra. Mônica Vasconcellos Cruvinel - Representante da Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial-FASM-Nacional.

Dentre as principais sugestões apresentadas pelos expositores, que posteriormente foram enviadas ao governo de transição, estiveram a criação de um órgão que centralize a construção de políticas públicas de saúde mental no âmbito do planejamento, gerenciamento de recursos e fomento de ações estratégicas no Ministério da Saúde (que absorva também os recursos destinados às comunidades terapêuticas para que seja possível elaborar plano de substituição progressiva destes serviços por outros que sejam públicos, de caráter comunitário, não segregadores, laicos e que sigam os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira).

Além disso, a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), especialmente dos serviços de funcionamento sete dias por semana, como eixo de expansão da rede substitutiva, através da ampliação do número de serviços abertos 24 horas, em particular os CAPS III, os CAPS ad III e Unidades de Acolhimento — justamente os serviços que tiveram menor expansão. Nos Municípios encontra-se muito frequentemente uma forte oposição das associações de psiquiatria em relação à abertura e funcionamento desses serviços.

Dentre outras, estiveram: capacitação contínua da educação permanente dos trabalhadores de saúde mental; recomposição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), nos serviços e no olhar sobre as pessoas que estão em cumprimento de medida de segurança nas Alas de Tratamento Psiquiátrico (ATPS); financiamento e apoio na organização da V Conferência Nacional de Saúde Mental, a ser realizada de 16 a 19 de maio de 2023; políticas públicas voltadas para a saúde mental de pessoas em situação de vulnerabilidade social, tais como a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, negra, indígena, em situação de rua, em privação de liberdade, egresso no sistema penal, quilombola, cigana, imigrante; fortalecimento das ações de cuidado à pessoa com deficiência através da implementação do Programa de Reabilitação com ênfase no território; revogação da Lei da Reforma Psiquiátrica e dos decretos e portarias que contrariam a Política Nacional de Saúde Mental, em especial a Portaria nº 3.588, que congelou os gastos primários, a Portaria nº 1.482, de 2016, que trata da ida da comunidade terapêutica para o CNES para garantir financiamento de saúde, a Portaria nº 3.588, de 2017, que trata de inserir novamente o hospital psiquiátrico na RAPS.

Com texto de Sara Antunes.

---

## Trabalho

---

### Força-tarefa aponta irregularidades no trabalho em polo gesso de Pernambuco

*Billy Boss/Câmara dos Deputados*



*Deputado Túlio Gadêlha (REDE/PE), e a procuradora Ana Carolina Ribemboim*

Ao longo de cinco anos, uma força-tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) identificou casos de trabalho infantil, irregularidades de segurança e na saúde de trabalhadores no maior polo de produção de gesso da América Latina, na região pernambucana de Araripe, próxima à divisa com Ceará e Piauí. O Brasil é o 16º maior produtor mundial de gipsita, minério que dá origem ao gesso, e 97% da produção vêm de cinco municípios de Pernambuco.

O tema foi discutido no dia 19 de maio, em audiência conjunta das comissões de Trabalho e de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados com representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do sindicato da indústria local, de prefeituras da região e do MPT.

O procurador do trabalho Rogério Wanderley explicou as ações desenvolvidas a partir da constatação dos problemas encontrados na produção gesseira em Pernambuco. Segundo ele, os problemas foram levantados de forma técnica em parceria que o MPT fez com a OIT e o Pacto Global das Nações Unidas. Depois criaram um grupo de trabalho (GT 2030), em que convocaram diversos atores que podem contribuir na solução desses problemas.



"Convocamos atores públicos e também da iniciativa privada, e partir daí criamos um plano de desenvolvimento local que prevê ações concretas para melhorias das condições sociais do local", disse.

Mais de 3.500 trabalhadores já foram beneficiados pelo trabalho do MPT. Foram ajuizadas mais de 400 ações civis públicas em Petrolina (PE), segundo a procuradora-chefe de Pernambuco, Ana Carolina Ribemboim. Ela destaca que uma das preocupações foi atuar de forma coercitiva, mas sem inviabilizar a produção do polo gesseiro, principal responsável pela atividade econômica dos municípios.

"A nossa preocupação era como, através de nossas ações desenvolvidas no polo gesseiro, cumprirmos uma outra meta social do Ministério Público do Trabalho, que é a meta de transformador da realidade", disse.

A cadeia produtiva do gesso envolve três etapas. No sertão de Araripe, cerca de 40 empresas de mineração extraem a gipsita, matéria-prima do gesso, em uma das maiores jazidas do mundo. A gipsita é vendida a empresas locais, que transformam gesso em pó, ensacam e vendem a empresas que fazem placas de gesso. A maioria dos contratos não é formalizada nas empresas, mas não apenas isso, como destaca a oficial de projetos em políticas públicas da OIT, Laura Abramo Diaz.

"Foi possível encontrar condições análogas à de escravo e também uma importante presença de trabalho infantil por meio de adolescentes que exercem atividades perigosas, que é uma clara violação dos princípios fundamentais do trabalho", observou.

Adolescentes trabalham no carregamento de caminhões e produção de placas. Para a saúde, segundo o Ministério Público, a poeira do gesso provoca problemas respiratórios e há subnotificação do adoecimento e dos acidentes de trabalho. As equipes não estão preparadas para fazer o nexo de causalidade com a atividade gesseira, o que prejudica as políticas públicas de saúde em caráter preventivo e dados epidemiológicos.



*Wanderley: plano prevê ações concretas para melhorias das condições sociais do local*

Em um vídeo apresentado na audiência pública, representante da Coordenação de Vigilância em Saúde de Trindade (PE) relatou problemas médicos no pulmão provocados pelo gesso, como câncer, o que foi refutado pela presidente do Sindicato da Indústria do Gesso de Pernambuco (Sindusgesso), Ceissa Campos Costa.

“Eu acho até irresponsável essa fala porque em momento nenhum, em comprovação química ou estudo médico, foi identificado o gesso como algo que causa câncer de pulmão”, disse.

Segundo ela, seria interessante fazer um levantamento junto ao Sesi de Araripina (PE), que acompanha essas empresas da região, e fazer um levantamento de todos os exames periódicos que identificam através de raios-x de pulmão o que é que provoca realmente o gesso.

Para Ceissa, o maior problema do setor é a informalidade, com mais de 50% das empresas nessas condições. A representante da indústria do gesso defende a fiscalização e o fechamento de quem não tem alvará de funcionamento.

O mesmo problema foi ressaltado pelo vice-prefeito de Araripina, Evilásio Mateus da Silva Cardoso, e pela prefeita de Trindade, Helbe Nascimento.

“O que nos entristece também é saber que os poderes públicos não estão preocupados com o vínculo da educação, de fazer um trabalho educativo, um trabalho preventivo. É mais a fiscalização para vir para punir e nós vemos aqui os gesseiros, como são conhecidos, os empresários, muitos sonégam impostos, não têm condições de se legalizarem por conta das cobranças e das dificuldades que são inúmeras”, disse.

Para Helbe Nascimento, se não fosse o polo gesso, a região seria mais carente ainda.

O deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE), que propôs a realização da audiência, explicou o objetivo da reunião.

“Queremos compromisso dos gestores e prefeitos de políticas públicas para sanar o problema da informalidade, sonegação fiscal e qualidade de trabalho degradante, tanto no que diz respeito a jovens e crianças, como pessoas que têm carga excessiva. Isso é feito há muitos anos e queremos quebrar esse modelo econômico que não desenvolve as cidades”, disse.

O polo gesso de Araripe reúne 40 mineradoras, 170 calcinadoras, além de 600 empresas de pré-moldados que fazem placas e blocos de gesso.

Texto: Luiz Cláudio Canuto

## Trabalhadores com lesão pedem maior tempo de estabilidade

Debatedores ouvidos no dia 25 de agosto pela CDHM sugeriram mudanças na legislação para assegurar direitos dos trabalhadores portadores de lesão.

De 2012 a 2021, foram registradas 23 mil mortes no mercado de trabalho formal no Brasil. Em 2021, ocorreram 578 mil acidentes e 2.487 mortes associadas ao trabalho – um aumento de 30% em relação a 2020, conforme levantamento do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho, ligado ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

*Elaine Menke/Câmara do Deputados*



*Luís Fabiano Costa: “Estamos cada vez mais expostos a acidentes e doenças profissionais”*

Uma das sugestões dos debatedores é para prever a estabilidade no emprego, até a aposentadoria, nos casos de lesão permanente adquirida no trabalho. A lei atual garante a manutenção do contrato de emprego, pelo prazo mínimo de 12 meses, após o fim do pagamento do auxílio-doença acidentário.

A ideia é proteger esses profissionais que, lesionados, muitas vezes são demitidos com a justificativa de impossibilidade de executar a função, após o período de estabilidade garantido em lei.

“Estamos cada vez mais expostos à exploração, ao assédio moral, às péssimas condições de trabalho, aos salários cada vez mais rebaixados e principalmente aos acidentes e doenças profissionais”, reclamou o presidente da Associação dos Trabalhadores Lesionados nas Indústrias Metalúrgicas do Vale do Paraíba (SP), Luís Fabiano Costa.

Segundo ele, que representa 40 mil profissionais, nos últimos anos foram revogadas diversas normas aplicadas ao setor que funcionavam como medidas de segurança para evitar acidentes e lesões.



Nessa mesma linha, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que solicitou a audiência, pediu que o assunto seja tratado em lei. “A precarização das relações de trabalho no último período agravou enormemente as lesões. Por isso é importante que a Câmara adote medidas na legislação que sejam protetivas do ambiente do trabalho”, frisou o parlamentar.

Advogado da Associação dos Trabalhadores Lesionados nas Indústrias Metalúrgicas do Vale do Paraíba (SP), Gustavo de Paula Oliveira ressaltou o viés econômico e humanitário.

“É uma tragédia que, além de impactar o próprio trabalhador, vai impactar também a vida da família e também os cofres públicos, porque a partir do momento que o trabalhador se lesiona e se afasta, quem vai assumir a despesa é a Previdência Social”, afirmou.

### **Dificuldade de comprovação**

Segundo os debatedores, um dos impasses para receber indenização é a dificuldade em comprovar o nexo causal entre a lesão e o trabalho, uma vez que estas também podem ser causadas por prática de esportes e em atividades domésticas.

Pelas regras atuais, a empresa é responsável, quer por ação ou omissão, pela lesão ou doença ocupacional gerada no ambiente de trabalho. Dessa forma, tem de arcar com os danos materiais, que são contabilizados, como as despesas médicas, entre outros; além dos danos morais, que não podem ser contabilizados, como é o caso do sofrimento da vítima.

Como solução, esses profissionais defendem que as regras sobre o tema sejam fixadas em lei, e não em acordos coletivos. Essa foi a demanda da trabalhadora lesionada Renata Rothje Ruiz, que adquiriu a lesão no trabalho e há sete anos pleiteia o direito de indenização na Justiça.

“Desde que me tornei lesionada, fui perseguida, maltratada e muitas vezes humilhada dentro da empresa”, relatou a profissional, que também disse ter sofrido de depressão.

### **Regras de análise**

Os participantes do debate criticaram a medida provisória (MP 1113/22) que promoveu mudanças no modelo de análise de pedidos de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aprovada pelo Congresso, a MP ainda aguarda a sanção do Executivo.

A reclamação foi de que a medida deixa ainda mais vulnerável o trabalhador com doença profissional, ao obrigar segurados de auxílio-acidente a se submeter a perícia médica administrativa.

Nesse sentido foi a queixa do trabalhador lesionado Antônio Benedito Gonçalves. “A qualquer momento eu posso ser chamado para uma nova perícia que pode cortar meu benefício. Peço que olhem para nós não como simples peças de reposição”, declarou.

Texto: Emanuelle Brasil

---

## Meio ambiente

---

### Deputados e ambientalistas criticam instalação de termelétricas no RJ sem estudos ambientais

Alan Rones/Câmara dos Deputados



*Audiência Pública - Instalação de termelétricas a gás na Baía de Sepetiba (RJ). Dep. Rodrigo Agostinho PSB - SP; Juliano Bueno - REPRESENTANTE DO OBSERVATÓRIO DO PETRÓLEO E GÁS; John Wurdig, Representante do Instituto Internacional Arayara*

Deputados e ambientalistas demonstraram preocupação no dia 3 de agosto em audiência pública na Câmara dos Deputados, com a possibilidade de instalação de quatro usinas termelétricas flutuantes (em navios) e de linhas de transmissão de energia elétrica sobre as águas da Baía de Sepetiba, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A principal crítica é a ausência de estudos prévios que avaliem o impacto ambiental do empreendimento.

Para os debatedores, a instalação das termelétricas desconsidera aspectos como a supressão de áreas de Mata Atlântica, a atividade de pescadores artesanais na região e a fauna local, que conta com o boto cinza, espécie ameaçada de extinção e cuja maior população no estado se concentra na baía.

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Helena Bergallo explicou que, ao utilizar a água da própria baía para resfriar suas caldeiras, as termelétricas têm potencial para elevar a temperatura das águas no local em até 15º C, o que, segundo ela, ameaçaria a vida de diversas espécies.

“Com a metade dos recursos usados para instalar essas impactantes termelétricas flutuantes, governo e empresários poderiam reflorestar áreas e aumentar a recarga da água subterrânea na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e em outras bacias”, defendeu a professora.

“As obras não param e os pescadores estão desesperados”, alertou John Wurdig, representante do Instituto Internacional Arayara, durante o debate promovido pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Minas e Energia.

No final de julho, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) acolheu um pedido do Ministério Público (MPRJ) e suspendeu a instalação das usinas até que um estudo de impacto ambiental seja apresentado, prevendo ainda multa diária de R\$ 50 mil por descumprimento.

“As provas iniciais trazidas ao Ministério Público já evidenciavam que se trata de empreendimento de altíssimo impacto ambiental”, afirmou Jaime Mitropoulos, procurador federal no Rio de Janeiro. “Sendo assim, o mínimo que o poder público deve fazer é exigir o estudo de impacto ambiental da forma mais rigorosa possível. ”

Na decisão, o tribunal considerou contraditório o parecer emitido pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) – órgão que recebeu delegação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para licenciar o empreendimento.

O parecer do Inea reconhece que se trata de “empreendimento potencialmente causador de significativo impacto ambiental”, mas dispensa a empresa turca Karpowership (KPS) de apresentar os estudos de impacto ambiental.

Em nota, a KPS informou que não foi notificada oficialmente sobre a decisão judicial e acrescentou que “o projeto cumpriu todos os trâmites do órgão ambiental”, “tem baixo impacto” e está “próximo à subestação de Furnas, facilitando sua conexão ao sistema”.

Os deputados Talíria Petrone (Psol-RJ) e Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que sugeriram o debate, criticaram o “tempo recorde” com que o Inea concedeu as licenças para o empreendimento e afirmaram que pretendem comunicar os fatos aos respectivos presidentes das comissões, sugerindo visitas ao local e audiências com autoridades ainda não ouvidas. “O Inea está bastante ausente até agora”, criticou Agostinho.

A deputada, por sua vez, disse que pretende formalizar denúncia a organismos internacionais. “É licença [ambiental] sem consulta às comunidades atingidas, sem estudos ambientais e sem atender ao MPF”, afirmou.

Texto: Murilo Souza



---

## Internacional

---

Presidente da CDHM recebe embaixador do Brasil que atua na Palestina



*Fábia Pessoa*

Orlando Silva (PCdoB/SP) recebeu no dia 23 de novembro o embaixador do Brasil no Estado da Palestina, Alessandro Candeas. A agenda contou também com a participação dos parlamentares Helder Salomão (PT/ES) e Erika Kokay (PT/DF).

Alessandro Candeas defendeu o aprofundamento das relações brasileiras com o Estado da Palestina em áreas como educação, esporte e cooperação técnica. O diplomata reforçou que o Brasil reconhece o Estado da Palestina desde 2010 e que cerca de 6000 brasileiros vivem no país atualmente.

O embaixador pediu apoio do parlamento para o PDC 166/2015, que aprova o texto do Acordo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina. Candeas lembrou ainda que Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Palestina aguarda sanção presidencial.

O embaixador também se reuniu com o deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP), coordenador da Frente Parlamentar Mista pelos Direitos do Povo Palestino.

## Violações de direitos humanos no Sahara Ocidental

*Bruno Spada/Câmara dos Deputados*



O colegiado da CDHM recebeu no dia 14 de dezembro Ahamed Mulay Ali Ahmadi, representante da Frente POLISARIO, criada em 1973 para buscar a independência do território do Saara Ocidental e a luta pela autodeterminação do povo Saharai.

“Em fevereiro de 1976 o último soldado espanhol deixou o território e a Frente Polisario preencheu o vácuo político que a Espanha deixou com a proclamação da República Árabe Saaraui Democrática (RASD)”, explicou Ahmadi, afirmando que mais de 80 países já reconhecem o país.

Ahmadi narrou o histórico de violência e disputas na região e reforçou que a luta por liberdade e o respeito à autodeterminação do povo vêm desde os anos 60, e que a luta armada foi realmente necessária, em suas palavras, visto que Marrocos ocupa parte do estado da RASD e impõe uma série de violações aos direitos humanos.

“A parte ocupada é cercada por um muro militar de 2.700 quilômetros, com minas terrestres, soldados, radares e arame farpado. Uma muralha que se estende de norte a sul e de oeste a leste dentro do território do Saara Ocidental”, afirmou.

“As violações mais frequentes ocorrem no que diz respeito à liberdade de circulação, direito à vida e a integridade física e moral, liberdade de expressão e reunião pacífica, direito à informação, a um julgamento justo e com as devidas garantias, direitos dos reclusos, das crianças e das mulheres”.

“O norte da África, especificamente o povo Saharai, precisa do Brasil para estabilizar a paz de acordo com o direito internacional. Infelizmente, a frente POLISARIO foi forçada a pegar em armas novamente em 13 de novembro devido à violação do acordo de cessar-fogo por Marrocos e à inércia da ONU”, finalizou Ahmadi.

O presidente do colegiado, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), contou durante a audiência que recebeu ontem também o embaixador do Marrocos.

“O Brasil tem uma tradição diplomática, uma tradição que procura soluções consensuais e pacíficas de conflitos internacionais. E a nossa perspectiva, nosso desejo é que isso aconteça garantindo respeito à história dos povos, garantindo a autodeterminação dos povos, que é algo muito importante para que nós possamos viver em um mundo em paz”, detalhou o presidente do colegiado sobre o encontro com o embaixador do Marrocos.

O deputado Sostenes Cavalcante (PL/RJ) celebrou a presença de Marrocos na semifinal da Copa do Mundo e leu documento enviado pelo embaixador do Marrocos Nabil Adghoghi. “O Marrocos apresentou seu relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU em novembro de 2022, como parte da Revisão Periódica Universal. A proteção e promoção dos direitos humanos são escolhas constantes e irreversíveis para o Marrocos, assim como a interação do Reino com os mecanismos de direitos humanos da ONU. O Reino prossegue esforços legislativos e institucionais de acordo com a constituição e com seus compromissos internacionais”, leu o parlamentar. “Já ouvimos ambos os lados, é um problema que eles devem resolver lá”, acrescentou o deputado.

O deputado Márcio Jerry (PCdoB/MA) se solidarizou com o povo do Sahara Ocidental e reforçou a importância do respeito à autodeterminação dos povos. “Há, como aqui narrado, um reconhecimento em escala global, que atesta esse direito.. É muito importante termos aqui espaço para conhecer melhor a realidade do Sahara Ocidental para termos uma atitude solidária. Essa atitude solidária em nada agride o Marrocos”, afirmou o parlamentar.

“Estamos falando de um país ocupado por um outro país. Que tem constituição, parlamento, presidência, uma sociedade organizada, este país não é de conhecimento da maioria da população brasileira e do mundo. O Sahara Ocidental é a última colônia africana, que luta pela sua autodeterminação. Estamos falando de uma guerra entre países. Uma guerra que está em curso, temos depoimentos de vários prisioneiros torturados nas prisões marroquinas”, afirmou Maninha, ex-deputada federal, que preside a Associação de Solidariedade pela Autodeterminação do Sahara Ocidental, solicitando que o novo governo possa intermediar uma solução que reconheça a RASD.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Mesa**

#### **56ª Legislatura (2019-2023)**

Presidente: Arthur Lira (PP-AL)

1º Vice-Presidente: Lincoln Portela (PL/MG)

2º Vice-Presidente: André de Paula (PSD-PE)

1º Secretário: Luciano Bivar (PSL-PE)

2ª Secretária: Odair Cunha (PT-MG)

3ª Secretária: Geovania de Sá (PSDB-SC)

4ª Secretária: Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

1º Suplente: Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º Suplente: Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º Suplente: Alexandre Leite (DEM/SP)

4º Suplente: Cássio Andrade (PSB-PA)

Secretário-Geral da Mesa: Ruthier de Sousa Silva

Diretor-Geral: Celso de Barros Correia Neto

### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

Presidente: Orlando Silva (PC do B/SP)

Secretária-Executiva: Marina Basso Lacerda

Chefe de Serviço: Clotildes de Jesus Vasco

#### **Equipe:**

Adla Micheline de Sousa Oliveira

Andréia de Andrade Taborda

Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira

Fábia Pessoa

Ivanete Alves Oliveira

Jean Carmo Barbosa

Lucas Assis Nascimento

Mariana Trindade Oliveira

Sara Antunes

Simone Machado de Mendonça

Os textos deste relatório são de Fabia Pessoa, exceto os com autoria expressamente indicada.